

# Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado aprova desoneração com derrota para o governo ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senadores aprovam projeto que compensa a desoneração ..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Desoneração passa com regra mais dura para INSS e sem alta de tributo ..... 8

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Senado aprova reoneração gradual da folha até o ano de 2027 ..... 9

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

PL da desoneração é aprovado em votação simbólica ..... 10

RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA FM 96,1 - DF - REPÓRTER NACIONAL 1ª EDIÇÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Senado aprova projeto de compensação da desoneração da folha ..... 11

AGÊNCIA BRASIL - GERAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 3 ..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Visão do Correio: Dois pesos e duas medidas ..... 13

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Garantia de idoneidade e certificação ..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária: regulamentação supera 1.000 emendas ao texto e indica tramitação complexa -  
COLUNA DO ESTADÃO ..... 15

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Servidora descobre golpe da falsa restituição do IR ..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - MOBILIDADE  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Como fraudes e irregularidades atingem a sociedade e o bolso dos consumidores ..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda vê alíquota próxima a 28% ..... 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fazenda envia proposta para segunda etapa, sobre renda ..... 22

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco descarta votar agora a reforma tributária ..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Campos Neto e Fernando Haddad dão seus recados aos investidores ..... 24

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: com previsão de alíquota de 28%, senadores querem rever aumento de  
itens na cesta básica ..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor exportador vai ganhar muito com reforma, diz Loria ..... 28

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Dólar avança 1,35% por falas de Campos Neto ..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Para economistas, risco de inflação é baixo, por ora ..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Haddad defende revisão de gastos do BPC e vê exagero em temor fiscal ..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

Governo, Congresso e Judiciário fecham acordo e estabelecem critérios para emendas  
..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Dólar sobe com exterior e Ibovespa anota recorde ..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Presidente do BC quer centrar forças em "transição suave" ..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Análise: Campos Neto diz que haverá desaceleração fiscal ..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

No Brasil, "bolsa é a lebre que perde a corrida para tartaruga" ..... 41

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

Campos Neto reforça cautela do Copom ..... 43

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
ECONOMIA

Projeto da dívida pode tirar até R\$ 44 bi da União ..... 44

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Empréstimo liberado pelo celular ..... 45



# Senado aprova desoneração com derrota para o governo

**RAFAELA GONÇALVES**

O Senado aprovou em votação simbólica o projeto que trata das medidas de compensação para a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos. O líder do governo no Senado e relator da matéria, Jaques Wagner (PT-BA), deixou de fora do texto o dispositivo que previa o aumento do Imposto de Renda que incidia nos Juros sobre Capital Próprio (JCP), de 15% para 20%, devido à resistência dos parlamentares.

A retirada do trecho representa uma derrota para o Ministério da Fazenda, que sugeriu a medida como alternativa para substituir o aumento de um ponto percentual na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que também enfrentou forte rejeição entre os senadores.

O trecho polêmico era o maior alvo de discordância entre os parlamentares.

"Desde o início das discussões sobre desoneração, a oposição tem sido firme, no sentido de não aceitar o aumento da carga tributária como compensação", destacou o líder da oposição, senador Marcos Rogério (PL-RO), que articulou a ofensiva contra o aumento do imposto.

Até mesmo o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD -MG), se declarou contra o aumento do imposto. "O que apresentamos como medidas efetivas para compensação é suficiente para cobrir a desoneração da folha sem necessidade de aumento de **impostos**, sem necessidade de aumento de Imposto de Renda", sustentou. "Não que essas medidas não possam ser discutidas.

Tudo isso, eventualmente, pode ser considerado, mas não como necessidade, como fonte de compensação da desoneração", acrescentou, aos jornalistas, antes da votação.

Das medidas de compensação que permaneceram no projeto, boa parte foi sugerida pelo presidente da Casa. Entre elas, estão a repatriação de recursos do exterior, pente-fino em benefícios sociais, regularização de ativos, além de renegociação de multas de agências reguladoras. Os dispositivos têm o papel de cobrir a renúncia fiscal decorrente da

desoneração, estimada em R\$ 25 bilhões em 2024.

Empregos A versão aprovada do texto reduziu ainda o quantitativo de trabalhadores que as empresas teriam de se comprometer a manter para serem beneficiadas com a alíquota sobre a receita bruta, em troca da taxação sobre a folha.

Em vez de se comprometerem a manter o quantitativo ou aumentar o número de funcionários, as empresas serão obrigadas a permanecer com ao menos 75% dos empregados. O percentual foi alcançado em uma negociação entre o senador Castellar Neto (PP-MG) e o relator.

O projeto mantém a desoneração integral em 2024 e estabelece a retomada gradual da tributação a partir de 2025, com alíquota de 5% sobre a folha de pagamento. Em 2026, serão cobrados 10%, e, em 2027, 20%, quando ocorreria o fim da desoneração.

A retomada gradual da alíquota foi o argumento usado por parlamentares e setor produtivo para ir contra a manutenção do total de vagas atuais. De acordo com o líder do governo, a alteração que prevê uma redução de até 25% do quadro de funcionários "busca consensuar as demandas dos setores com a expectativa do governo".

A desoneração beneficia 17 setores econômicos e pequenos municípios, que atualmente são isentos da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), para estimular a contratação.

Jaques Wagner afirmou ainda que a desoneração não atingiu de forma satisfatória os efeitos sobre o mercado de trabalho. "Não há estudos que comprovem que a desoneração gere emprego. O que gera emprego é o crescimento da economia e dinheiro na mão do povo", defendeu.

O texto segue agora para análise na Câmara. O Supremo Tribunal Federal (STF) impôs prazo até 11 de setembro para que o Executivo e o Legislativo encontrem uma solução consensual sobre o tema.

"Desde o início das discussões sobre desoneração, a oposição tem sido firme, no sentido de não aceitar o aumento da carga tributária como compensação" Marcos Rogério (PL-RO), líder da oposição

O projeto

Medidas para compensar a renúncia com a desoneração

» Atualização do valor de bens imóveis junto à **Receita Federal**;

» Aperfeiçoamento dos mecanismos de transação de dívidas com as autarquias e fundações públicas federais;

» Normas de combate a fraude e abusos no gasto público, como medidas cautelares e mais rígidas nos benefícios do **INSS**;

» Instituição do Regime Especial de Regularização Geral de Bens Cambial e Tributária, para declaração voluntária de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais, mantidos no Brasil ou no exterior, ou repatriados por residentes ou domiciliados no país.

**Site:**

**<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>**

# Senadores aprovam projeto que compensa a desoneração

**Caetano Tonet e Julia Lindner De Brasília**

O Senado aprovou, na terça-feira (20), o projeto de lei que define as medidas de compensação para a desoneração da folha de pagamento de setores intensivos em mão de obra e municípios. O texto prorroga a medida e estabelece uma reoneração gradual entre 2025 e 2028. A votação foi simbólica e teve votos contrários dos senadores Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Magno Malta (PL-ES). A desoneração é mantida totalmente em 2024. O texto segue para apreciação da Câmara dos Deputados.

A matéria ratifica o acordo construído por Legislativo e Executivo prevendo as compensações e garantindo a manutenção do programa para 17 setores e municípios de até 156 mil habitantes.

Durante a transição, a alíquota seguirá zerada em 2024; passará a ser de 5% em 2025; 10% em 2026; 15% em 2027, chegando ao patamar de 20% em 2028. Já os municípios seguirão com a cobrança de 8% em 2024; 12% em 2025; 16% em 2026; e 20% em 2027. As medidas acordadas buscam compensar a medida nesse período.

Os parlamentares também entraram em acordo para que as empresas se comprometam com a manutenção de 75% dos postos de trabalho. O percentual corresponderá sempre ao número de postos de trabalho do ano anterior.

Atualmente, o modelo de desoneração da folha permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. A medida é válida para 17 setores intensivos em mão de obra. É um modelo de substituição tributária, mais adequada a esse tipo de segmento.

Juntos, esses segmentos geram cerca de 9 milhões de empregos.

Durante a deliberação, o relator da matéria, senador Jaques Wagner (PT-BA), cedeu a pressão dos colegas parlamentares retirou do texto o aumento da taxa de juros sobre capital próprio (JCP) de 15% para 20% como forma de compensação. O pacote final de compensações pode mudar.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que

se houver necessidade o governo poderá apresentar novas medidas para compensar desoneração.

Entre as medidas compensatórias aprovadas, o texto prevê que as pessoas físicas e jurídicas poderão atualizar o valor dos seus bens imóveis. Elas poderão informar o valor de mercado, e a diferença para o custo de aquisição será tributado. No caso das pessoas físicas, a alíquota será 4%. No caso das empresas, a tributação será de 6% no Imposto de Renda e 4% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A **Receita Federal** ainda vai definir a forma e prazo para o contribuinte fazer essa atualização.

O recolhimento do tributo se dará dentro de 90 dias.

Também como forma de compensação, as pessoas físicas e jurídicas poderão fazer a repatriação de recursos mantidos no exterior.

O valor que for considerado acréscimo patrimonial estará sujeito à incidência de Imposto de Renda, a uma alíquota de 15%.

O projeto traz ainda uma espécie Refis para as dívidas que empresas possuem com agências reguladoras.

A Procuradoria-Geral Federal vai propor transações (acordos) coletivos ou individuais, com descontos e prazo para pagamento do débito. Em contrapartida, o devedor deverá assumir alguns compromissos, como manter a prestação dos serviços públicos, concluir obras e manter a regularidade dos pagamentos à agência.

Em outra frente, será criada pelo governo federal a "Central de Cobrança e Regularização de Dívidas Federais Não Tributárias", que ficará subordinada à Advocacia-Geral da União (AGU).

O texto traz também mudanças nas regras de depósitos judiciais, possibilitando a transferência de valores para a Conta Única do Tesouro Nacional.

Mesmo não sendo uma medida direta de compensação, o texto também incluiu como medida compensatória ações de "pentefino" em benefícios previdenciários e assistenciais. Não se tratam de

novas receitas, mas sim de economia de despesa, mas o valor também será considerado para neutralizar a desoneração da folha de pagamentos.

O projeto autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) a "adotar medidas cautelares visando a conter gastos e prejuízos decorrentes de irregularidades ou fraudes". Também poderá ser feito o bloqueio imediato do pagamento e suspensão do benefício quando detectada essas fraudes.

Em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), o texto prevê a exigência de biometria a partir de 1o de setembro e o recadastramento das pessoas com a inscrição desatualizada há mais de 48 meses. O não cumprimento da atualização pode levar à suspensão do benefício.

Instituído em 2011, no ano passado, o modelo da desoneração foi prorrogado pelo Congresso até o fim de 2027. Além disso, estabeleceu que municípios com população inferior a 156 mil habitantes poderão ter a contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8%. O texto, no entanto, foi vetado pelo presidente Lula e mais tarde teve o veto derrubado pelo parlamento. Como resposta, o Executivo enviou uma medida provisória (MP) prevendo novamente o fim dos dois tipos de desoneração. Sem o avanço da MP, o governo recorreu ao STF que chegou a suspender a medida, mas após uma articulação das partes, deu novo prazo para a construção de um acordo prevendo as compensações.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187962?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187962?page=1&section=1)**

# Desoneração passa com regra mais dura para INSS e sem alta de tributo

**GABRIEL HIRABAHASI GIORDANNA NEVES BRASÍLIA**

O Senado aprovou ontem projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia e de pequenos e médios municípios.

O relator da proposta, Jaques Wagner (PT-BA), retirou do texto dispositivo que aumentava a cobrança do Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP, instrumento para distribuição de lucro a acionistas de empresas) de 15% para 20% e incluiu regra para facilitar o corte de benefícios do **INSS** com suspeita de irregularidade. O texto segue agora para a Câmara.

A votação foi simbólica, ou seja, sem que o voto dos congressistas fosse computado. A negociação em torno da proposta levou mais de três meses e causou desgaste ao Planalto, até o texto final ser formulado em acordo entre o governo, setores econômicos, prefeitos e parlamentares.

A desoneração da folha de pagamentos foi instituída em 2011 para setores intensivos em mão de obra. Juntos, eles incluem milhares de empresas que empregam 9 milhões de pessoas. A medida substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Ela resulta, na prática, em redução da carga tributária da contribuição previdenciária devida pelas empresas.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a votação foi "um avanço". Ele minimizou o fato de o relator ter retirado a previsão de aumento da alíquota de imposto - que seria usado para reforçar as fontes de receita que vão compensar a desoneração. "Vamos trabalhar diligentemente para o melhor resultado possível com as propostas do Senado", disse ele. "Ao final do processo, verificado o resultado, (se) há necessidade de uma compensação adicional, nós vamos levar à consideração do Supremo Tribunal Federal e do presidente (do Senado) Rodrigo Pacheco." **COMPENSAÇÃO.** O aumento de imposto sobre o JCP exigiria um período de noventa e só valeria a partir do próximo ano.

Por isso, era encarada pelo governo como uma "garantia", mas foi criticada pela oposição, o que levou ao recuo.

O relator incluiu em seu texto vários capítulos com medidas de compensação para repor a perda de R\$ 25 bilhões aos cofres da União neste ano, entre elas: atualização de bens no Imposto de Renda; repatriação de ativos mantidos no exterior; renegociação de multas aplicadas por agências reguladoras; pente-fino no **INSS** e programas sociais; uso de depósitos judiciais esquecidos; uso de recursos esquecidos; e o programa de cadastro dos benefícios fiscais concedidos pelo governo.

Segundo o relator, as medidas devem gerar entre R\$ 25 bilhões e R\$ 26 bilhões e resolvem, especificamente, o buraco fiscal nas contas de 2024, já que muitas dessas propostas são limitadas e não trarão efeitos nos exercícios seguintes. Em relação ao Orçamento de 2025, Jaques disse que o assunto deverá ser discutido no Projeto de Lei Orçamentária Anual, que deve ser enviado ao Congresso na sexta-feira.

**INSS.** O texto aprovado também prevê um endurecimento nas regras de adesão e atualização de cadastros do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do seguro-defeso (auxílio pago a pescadores artesanais durante o período em que ficam proibidos de exercer a pesca). Ambos os programas são alvo de pente-fino do governo federal para aliviar em R\$ 25,9 bilhões a peça orçamentária de 2025 (mais informações na pág. B8).

Na versão aprovada do parecer, Jaques também endureceu as normas para revisão de benefícios sociais por parte do **INSS**, permitindo um bloqueio cautelar dos recursos em caso de fraudes se não houver ciência do beneficiário em até 30 dias após notificação do órgão.

**Abrangência**

17 setores da economia são beneficiados pela desoneração da folha de pagamentos

9 milhões de pessoas é o contingente total contratado pelas empresas beneficiadas

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Senado aprova reoneração gradual da folha até o ano de 2027

Projeto cria regime de transição que impacta empresas de 17 setores econômicos e prefeituras. Proposta ainda terá de ser apreciada pela Câmara O Senado aprovou, ontem, projeto de lei que estabelece o regime de transição para a retomada da tributação sobre a folha de pagamento de empresas de 17 setores econômicos e de prefeituras. A proposta também mantém a desoneração da folha nesses casos para este ano.

A votação foi simbólica, ou seja, sem que o voto dos congressistas fosse computado, fruto do acordo do governo federal com a oposição. O novo relatório, apresentado pelo senador Jaques Wagner (PT-BA) ontem, seguiu o acordo firmado ao propor reoneração gradual para as empresas e para os municípios até 2027.

Recuo Para viabilizar a votação, Wagner retirou dispositivo que aumentava a cobrança do Imposto de Renda (IR) sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP) de 15% para 20% como compensação da perda de receitas pela desoneração.

O relator incluiu em seu texto vários capítulos com medidas de compensação que vão repor a perda de R\$ 25 bilhões aos cofres da União este ano, dentre elas: atualização de bens no IR, repatriação de ativos mantidos no Exterior, renegociação de multas aplicadas por agências reguladoras, pente-fino no **INSS** e programas sociais, uso de depósitos judiciais esquecidos, utilização de recursos esquecidos e o programa de cadastro dos benefícios fiscais concedidos pelo governo.

Segundo o relator, as medidas devem gerar entre R\$ 25 bilhões a R\$ 26 bilhões aos cofres públicos e resolvem especificamente o buraco fiscal nas contas de 2024, já que muitas dessas propostas são limitadas e não traí"ão efeitos nos exercícios seguintes. Em relação ao rombo no orçamento causado pela desoneração no ano que vem, Jaques reiterou que o assunto deverá ser discutido no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que deve ser enviado ao Congresso no próximo dia 30.

A desoneração em 2024 substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de salários por uma taxa"ão de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. A partir do ano que vem, os empresários

passarão por uma cobrança híbrida, que misturará uma parte da contribuição sobre a folha de salários com a taxa"ão sobre a receita bruta.

Empregos Em 2025, as empresas pagarão 80% da alíquota sobre a receita bruta e 25% da alíquota sobre a folha. Em 2026, serão 60% da alíquota sobre a receita bruta e 50% da alíquota sobre a folha. Em 2027, vai a 40% da alíquota sobre a receita bruta e 75% da alíquota sobre a folha. A partir de 2028, as empresas retomarão integralmente o pagamento da alíquota sobre a folha, sem o pagamento sobre a receita bruta.

Pelo novo texto, as empresas serão obrigadas a manter ao menos 75% dos empregados. Na primeira versão do parecer, Jaques havia determinado que o percentual seria de 100%. Depois, reduziu para 90%, mas ainda assim enfrentou resistência por parte dos senadores. \_

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240821&edicao=30333>

# PL da desoneração é aprovado em votação simbólica

O Senado aprovou nesta terça-feira, 20, o projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamentos dos 17 setores e dos pequenos e médios municípios. A votação foi simbólica, ou seja, sem que o voto dos congressistas fosse computado, fruto do acordo do governo com a oposição. A negociação em torno da proposta levou meses e causou uma série de desgastes ao Palácio do Planalto, até o texto final ser formulado em acordo entre o governo, setores econômicos, prefeitos e parlamentares.

O novo relatório da proposta foi apresentado pelo senador Jaques Wagner (PT- BA) nesta terça e seguiu o acordo firmado com os setores produtivos e os prefeitos ao propor uma reoneração gradual para as empresas e para os municípios até 2027.

Nesta terça-feira, para viabilizar a votação do projeto, Wagner decidiu retirar um dispositivo que aumentava a cobrança do Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP) de 15% para 20% como compensação da perda de receitas pela desoneração.

A implementação da medida exigiria um período de noventena e só valeria a partir do ano que vem. Por isso, era encarada pelo governo como uma "garantia", mas mesmo assim a oposição criticou o aumento de imposto, o que levou o relator a abrir mão do dispositivo.

Na reta final das negociações, Wagner também abriu mão do dispositivo que delegava o julgamento do Imposto Territorial Rural (ITR) para os municípios que optarem por essa medida. A proposta, juntamente com o programa de cadastro de benefícios fiscais, havia sido incluída na medida provisória do PIS/ Cofins, que teve sua parte principal devolvida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e deve caducar. O relator incluiu em seu texto vários capítulos com medidas de compensação que vão repor a perda de R\$ 25 bilhões aos cofres da União este ano, dentre elas: atualização de bens no Imposto de Renda; repatriação de ativos mantidos no exterior; renegociação de multas aplicadas por agências reguladoras; pente-fino no **INSS** e programas sociais; uso de depósitos judiciais esquecidos; uso de recursos esquecidos; e o programa de cadastro dos benefícios fiscais concedidos pelo governo.

Segundo o relator, as medidas devem gerar entre R\$

25 bilhões a R\$ 26 bilhões aos cofres públicos e resolvem especificamente o buraco fiscal nas contas de 2024, já que muitas dessas propostas são limitadas e não trarão efeitos nos exercícios seguintes. Em relação ao rombo no orçamento causado pela desoneração no ano que vem, Jaques reiterou que o assunto deverá ser discutido no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa), que deve ser enviado ao Congresso na sexta-feira, 30.

O texto da desoneração da folha de pagamentos segue o acordo já firmado com os setores produtivos, que prevê uma reoneração gradual a partir do ano que vem e até 2027. A desoneração em 2024 substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de salários por uma taxa de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. A partir do ano que vem, os empresários passarão por uma cobrança híbrida, que misturará uma parte da contribuição sobre a folha de salários com a taxa sobre a receita bruta.

**EMPREGOS** No novo parecer, o relator reduziu o quantitativo de trabalhadores que as empresas terão de se comprometer a manter para serem beneficiadas com a alíquota sobre a receita bruta, em vez da taxa sobre a folha.

Em vez de se comprometerem a manter o mesmo quantitativo ou aumentar o número de funcionários, as empresas serão obrigadas a manter ao menos 75% dos empregados. Isso significa que uma redução de até 25% do quadro de funcionários não significará a perda do direito à desoneração por parte dessas empresas.

Na primeira versão do parecer, Jaques havia determinado que o percentual seria de 100%. Depois, reduziu para 90%, mas ainda assim enfrentou resistência por parte dos senadores.

Esse trecho foi incluído de última hora pelo senador em seu relatório na semana passada e foi alvo de contestação por diversos parlamentares.

Desde a divulgação do parecer, o petista se mostrou disposto a negociá-lo.

**Site:** <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

# Senado aprova projeto de compensação da desoneração da folha

**Multimídia:**

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2024/08/21/RDIONACIONAL  
DEBRASLIAFM961DF-07.41.57-07.44.50-1724238574.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2024/08/21/RDIONACIONAL<br/>DEBRASLIAFM961DF-07.41.57-07.44.50-1724238574.mp3)**

# Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 3

**Publicado em 21/08/2024 - 07:10**  
**Agência Brasil - Brasília**

**Por**

A Caixa Econômica Federal paga nesta quarta-feira (21) a parcela de agosto do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 3.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 681,09. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,76 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,12 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família. O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

## Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 170 mil famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas.

O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 200 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), que se concentra nas pessoas mais vulneráveis com direito ao complemento de renda, mas que não recebem o benefício.

## Regra de proteção

Cerca de 2,74 milhões de famílias estão na regra de proteção em agosto. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 371,04.

## Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta quarta-feira às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 2. O valor foi mantido em R\$ 102, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,8 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

**Site:** <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-08/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-2>

# Visão do Correio: Dois pesos e duas medidas

## **Correio Braziliense**

Terminou ontem o prazo para as empresas interessadas em atuar no mercado de apostas esportivas no Brasil solicitarem o registro de operação junto à Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), vinculada ao Ministério da Fazenda. Números do governo federal apontam que 51 companhias haviam enviado a documentação necessária na última segunda-feira, 24 horas antes da data-limite. A partir de amanhã, quem quiser entrar no ramo pode fazê-lo, mas não tem garantia de análise do pedido antes de janeiro de 2025, quando entra em vigor a regulamentação aprovada em julho.

Informação apurada pelo jornal Folha de S. Paulo mostra que o Ministério da Fazenda teve 251 reuniões com entidades representativas de apostadores e com as chamadas bets, as empresas da área, entre março do ano passado e 31 de julho deste ano, dia seguinte à regulamentação assinada pelo ministro Fernando Haddad.

Em um país com 3,5% da população vivendo abaixo da linha da pobreza, segundo números do IBGE, chama a atenção o tempo dedicado pelo governo ao setor das apostas, ainda que a normatização das bets se faça necessária em um cenário no qual esse braço da economia movimentava 1% do **PIB**, segundo relatório da XP Investimentos.

Não se trata de fincar a bandeira contra a discussão sobre o mercado de apostas, mas evidenciar que o Brasil encara, todos os dias, problemas econômicos que merecem maior ou, no mínimo, a mesma atenção. O urgente debate acerca da Previdência pública é uma das discussões ainda longe do farol do noticiário político-econômico atual.

Em debate na Comissão de Direitos Humanos nesta semana, senadores da República voltaram a pedir ao governo a cobrança das dívidas previdenciárias mantidas por grandes empresas com a União. Um relatório do governo feito em janeiro do ano passado mostrava que as 500 maiores companhias do país tinham R\$ 141,6 bilhões em passivos com o **INSS**.

Para efeito de comparação, quando anunciou a regulamentação do mercado de bets, o governo estimou uma arrecadação anual entre R\$ 6 bilhões e R\$ 12 bilhões com o setor por meio de **impostos**. No melhor cenário, esse valor não chegaria a 10% das dívidas previdenciárias das 500 maiores empresas.

Ao mesmo tempo, desde o ano passado, se arrasta nos corredores do governo o reajuste salarial dos servidores de 11 agências reguladoras do país - entre elas a de Vigilância Sanitária (Anvisa), braço público fundamental para que o país vencesse a guerra contra a Covid-19. A diferença de tratamento dada aos servidores em relação ao mercado das apostas esportivas não é exclusividade da gestão federal, mas uma marca registrada dos executivos brasileiros - incluindo prefeituras e governos estaduais. Trata-se de mais um indício de que quem tem mais poder, consequentemente, tem mais barganha para negociar um espaço na agenda.

A prioridade das bets na ordem do dia é emblemática, mas não está sozinha nesse cenário de pesos semelhantes para medidas muito divergentes. Em tempos eleitorais, o cidadão precisa abrir o olho para cumprir com sua obrigação democrática e escolher representantes capazes de, ao menos, problematizar as nada sutis desigualdades do status quo brasileiro.

### **Site:**

<http://www.correio braziliense.com.br/opinia o/2024/08/6924446-visao-do-correio-dois-pesos-e-duas-medidas.html>

# Garantia de idoneidade e certificação

As empresas que demonstraram interesse ainda precisam passar por um processo de certificação, por um laboratório autorizado pelo governo para atestar idoneidade do jogo - isto é, garantir que o jogo não esteja viciado para prejudicar o jogador.

O mercado regulado brasileiro tem início em 1º de janeiro de 2025, quando começam a valer as regras elaboradas pela Fazenda nos primeiros sete meses do ano. Interessados ainda podem comprar outorgas, mas as empresas que se posicionaram nestes primeiros 90 dias de licenciamento, terão preferência no atendimento.

A tendência, segundo entidades representativas do setor, é que o número de empresas atuantes no país se afunile ao longo do tempo, uma vez que fusões e aquisições são comuns no setor. Além disso, marcas ainda não registradas podem entrar no negócio ao se associarem com CNPJs autorizados pela SPA.

Quando as regras entrarem em vigência, a Fazenda poderá aplicar multa de até R\$ 2 bilhões em caso de violação. A fiscalização ficará a cargo da SPA, que terá poder de polícia e poderá mobilizar operações com outras autoridades federais e locais, como forças policiais e a **Receita Federal**.

As associações do setor afirmam que este primeiro R\$ 1,86 bilhão é uma quantia baixa, perto do que o governo vai arrecadar com **impostos**.

**Site:**

**<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17983>**

# Tributária: regulamentação supera 1.000 emendas ao texto e indica tramitação complexa - COLUNA DO ESTADÃO

**ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E AUGU**

Travado no Senado por divergências com a Câmara, o principal projeto de regulamentação da **reforma tributária** alcançou ontem a marca de 1.084 emendas, que são as sugestões de mudanças no texto. O acúmulo de propostas de alteração indica a complexidade da tramitação da matéria, sobretudo em ano eleitoral. O número surpreendeu aliados do governo. A expectativa inicial era a de que o grande desafio seria a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da **reforma tributária**, aprovada no ano passado. Entretanto, a matéria recebeu 803 emendas no Senado, 20% a menos em relação ao número já alcançado na regulamentação, e que tende a crescer. O projeto ainda não tem oficialmente relator na Comissão de Constituição e Justiça.

I CONTIGO MESMO. Apesar de o senador Eduardo Braga (MDBAM) não ter sido formalizado na relatoria do projeto de regulamentação da tributária, o gabinete do parlamentar tem recebido uma romaria de setores interessados em mudanças no texto.

I TÔ... A influenciadora Luisa Mell, que ficou conhecida por ações vinculadas à causa animal, desistiu de sua candidatura a vereador da cidade de São Paulo neste ano. Procurada pela Coluna, Luisa Mell não respondeu.

I ...FORA. O presidente da Câmara dos Vereadores da capital paulista, Milton Leite (União), disse que "o partido contava com 70 mil votos" para a influencer, e que haverá redistribuição de recursos para outros puxadores de voto. O presidente estadual da sigla, Alexandre Leite, mantém a aposta de conquistar mais de dez cadeiras, e se diz surpreso com a desistência "por estranhos motivos não ditos a nós", ressaltou.

I DESIGUAL. Só 14% das candidaturas a prefeituras no Estado de São Paulo neste ano são de mulheres, de acordo com levantamento do TRE-SP ao qual a Coluna teve acesso antecipado. Até as 14 horas de ontem, havia 2.061 pedidos de registro de candidatura a prefeito, sendo 1.766 de homens e 295 de mulheres.

I MELHORANDO. No caso das eleições para as

Câmaras Municipais em São Paulo, a relação é maior, mas ainda distante da realidade brasileira - 51,5% da população do País é feminina, de acordo com o Censo 2022. No Estado, são 73.119 pedidos de registro de candidatura para vereador, sendo 25.522 mulheres, o que corresponde a 35% do total.

I FATO. Os baixos índices de representatividade feminina nas eleições municipais deste ano são parecidos com os do pleito de 2020, o que evidencia a pouca efetividade das políticas de incentivo às candidaturas de mulheres.

I ESQUEÇA. O prefeito de Salvador, Bruno Reis (União Brasil), candidato à reeleição, disse que a disputa na cidade não terá questões ideológicas. Em entrevista ao Broadcast Político/Coluna, prometeu "a melhor relação institucional" com os gestores petistas.

I ANOTE AÍ. O prefeito afirmou que manterá esse comportamento com o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, e também com o presidente Lula. Seu partido ocupa ministérios em Brasília, mas flerta com candidatura presidencial própria em 2026.

VODCAST "DOIS PONTOS" | Hoje sobre aprendizado contínuo

"Precisamos desconstruir a premissa de que a aprendizagem se dá apenas no contexto formal. Está lá, mas também temos outros contextos capacitantes."

Luciana Faluba

Fundação Dom Cabral

"Antigamente tínhamos a ideia de que formou e estava tudo pronto, mas acho que um bom profissional sempre soube que precisa continuar aprendendo."

Maria José Tonelli

Professora FGV-EAESP

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Servidora descobre golpe da falsa restituição do IR

Uma servidora aposentada de Vitória descobriu um golpe inusitado: o da falsa declaração de impotência saber que acessaram meus dados", desabafou.

A servidora aposentada disse que sabe que, por conta de sua atividade profissional, alguns dos seus dados podem acabar sendo acessados publicamente, mas que está se sentindo exposta.

"Me senti fragilizada e com total insegurança. É a vida da gente em jogo, com nossos dados expostos. E, verificando meus dados, descobri outra situação, em uma notificação do Meu **INSS**", contou.

Ele explicou que viu uma notificação na plataforma do **INSS**, de que alguém fez um agendamento em nome dela na Previdência. "Como sou servidora, acabo não olhando, mas, com essa situação da declaração, fui verificar e vi uma notificação de maio deste ano com esse agendamento. Então vou fazer um novo boletim de ocorrência por precaução", relatou.

Maria Helena deu o alerta para que toda a população fique atenta, pois, "se há um caso, certamente pode haver outros".

Gustavo Andrade

Uma servidora aposentada de Vitória descobriu um golpe inusitado: o da falsa declaração do Imposto de Renda para criar uma restituição extra. Ela evitou que criminosos recebessem um valor indevido, procurando a **Receita Federal** e registrando a ocorrência na Polícia Civil.

Maria Helena da Silva Santos, de 60 anos, contou que costuma sempre enviar a declaração simplificada no início do prazo, para receber logo a restituição.

"Percebi que estava demorando e, na terceira vez que consultei, constatei que foi feita uma nova declaração, e que incluíram um gasto com laboratório de R\$ 40 mil, e que a restituição seria acima de R\$ 9 mil. De imediato, fui à **Receita Federal** e me orientaram a fazer um boletim na polícia", explicou.

Ela assinou um formulário na Receita dizendo que desconhecia a declaração e a conta informada pelos golpistas para depósito da restituição, de um banco digital.

"Até o ano passado, eu estava morando em Florianópolis (SC), pois tenho uma casa lá e percebi que utilizaram o endereço de lá. Até o momento não tive retomo da Receita ou da polícia", contou.

Maria Helena disse estar intimidada e insegura com o possível vazamento de dados pessoais, e que não tem ideia da origem da conta cadastrada pelos vigaristas. "Pego o celular e tenho medo de usar. Situação de impotência saber que acessaram meus dados", desabafou.

A servidora aposentada disse que sabe que, por conta de sua atividade profissional, alguns dos seus dados podem acabar sendo acessados publicamente, mas que está se sentindo exposta.

"Me senti fragilizada e com total insegurança. É a vida da gente em jogo, com nossos dados expostos. E, verificando meus dados, descobri outra situação, em uma notificação do Meu **INSS**", contou.

Ele explicou que viu uma notificação na plataforma do **INSS**, de que alguém fez um agendamento em nome dela na Previdência. "Como sou servidora, acabo não olhando, mas, com essa situação da declaração, fui verificar e vi uma notificação de maio deste ano com esse agendamento. Então vou fazer um novo boletim de ocorrência por precaução", relatou.

Maria Helena deu o alerta para que toda a população fique atenta, pois, "se há um caso, certamente pode haver outros".

Polícia diz que caso é único e que investiga a situação

A Polícia Civil informou que o caso da funcionária pública aposentada Maria Helena da Silva Santos, de 60 anos, segue sob investigação da Delegacia Especializada de Proteção à Pessoa Idosa (DEPPI), que está empenhada em identificar e responsabilizar os possíveis suspeitos.

Segundo a polícia, não há registro de outros casos semelhantes, envolvendo declaração de imposto de renda.

"A Polícia Civil orienta que as vítimas registrem a ocorrência, podendo comparecer pessoalmente a uma

delegacia ou realizar o registro por meio da Delegacia Online, acessível em <https://delegaciaonline.sesp.es.gov.br>. Isso permite que a Polícia Civil seja informada do caso e inicie as investigações", disse em nota.

Maria Helena contou que registrou o Boletim Unificado na última quinta-feira, após ter descoberto os fatos no dia anterior, ao tentar verificar a restituição.

"Pego o celular e tenho medo de usar. Situação de impotência saber que acessaram meus dados"

Maria Helena da Silva Santos

Alerta sobre uso de conta falsa para roubar dinheiro

A **Receita Federal** explicou que sempre orienta ao contribuinte o não repasse de seus dados de acesso a terceiros, como, por exemplo, a senha de acesso ao portal gov.br. O auditor fiscal da **Receita Federal** e delegado da Receita em Vitória, Eduardo Augusto Roelke, disse que não comentaria o caso específico, "em razão da ausência de conhecimento dos fatos", e que desconhecem outros casos.

Nacional mente, a Receita informou que a regra para pagamento das restituições é que ela seja creditada exclusivamente em conta de titularidade do CPF da declaração.

"Usando procedimentos que estão fora de nosso controle, o fraudador abre uma conta falsa em alguma instituição bancária (provavelmente usando documentos falsos ou alguma vulnerabilidade no processo de abertura de contas bancárias da instituição)", disse em nota.

E usando a conta gov.br do contribuinte (por engenharia social ou fornecida pelo próprio contribuinte a um terceiro), o fraudador altera os dados bancários da declaração, apontando a restituição para a conta falsa, segundo a Receita.

APLICATIVO da **Receita Federal**

SAIBA MAIS

Como proceder nesses casos

ABRIR um boletim de ocorrência, registrando a abertura falsa da conta bancária (que pode estar sendo utilizada não só para pagamento de restituição do imposto de renda).

ACIONAR a instituição bancária para encerramento da conta, apuração das fragilidades e ressarcimento de eventuais prejuízos.

TROCAR ou recuperar a senha da conta gov.br (que pode estar sendo utilizada não só para pagamento de restituição do imposto de renda).

COMUNICAR à **Receita Federal**, através da Ouvidoria, para registro do caso.

COMUNICAR ao Banco Central do Brasil, responsável pela fiscalização dos procedimentos bancários.

SE A ALTERAÇÃO da conta bancária foi feita através da entrega de uma declaração falsa do imposto de renda, o contribuinte deve solicitar, no próprio Meu Imposto de Renda, o cancelamento da declaração.

Conta gov.br

É SEMPRE importante alertar que a conta gov.br não deve ser compartilhada. Ela é muito mais importante que a senha de uma conta bancária. Além dos serviços e informações do imposto de renda, a conta gov.br permite acesso a dados pessoais, financeiros e de saúde.

COM a posse da conta gov.br, o fraudador assume a vida digital do cidadão e pode contrair empréstimos, assinar documentos digitais, transferir a propriedade de veículos, solicitar benefícios junto ao **INSS** e acessar o histórico de saúde.

TAMBÉM é importante que a conta gov.br possua uma senha forte, não trivial, e, se possível, seja protegida com o duplo fator de autenticação.

Fonte: **Receita Federal**.

# Como fraudes e irregularidades atingem a sociedade e o bolso dos consumidores

**PATRÍCIA RODRIGUES**

Desde que foi criado, em 2016, o Instituto Combustível Legal (ICL) coleciona conquistas para proteger e garantir o controle de qualidade sobre toda a cadeia produtiva da gasolina e do diesel. Nos dois quadros ao lado relacionamos dicas importantes para orientar o consumidor na hora de abastecer o veículo.

Uma das conquistas do ICL foi a aprovação do regime de tributação monofásico, que consiste na aplicação única do imposto devido no início do processo para evitar a sonegação do ICMS em outros níveis.

Apesar da monofasia e das parcerias com as Secretarias da Fazenda dos Estados (Sefaz), ministérios e governo federal para criar uma força-tarefa para combater a situação, persistem ainda problemas com o diesel importado, que entra no País sem o recolhimento de imposto e sem a adição de biodiesel como requer a legislação.

"Ainda temos caminhões que rodam sem nota, adulterações no combustível e golpes em relação à quantidade e à qualidade na hora de abastecer que fortalecem o crime organizado e causam prejuízos à sociedade e ao consumidor", relata Emerson Kapaz, CEO do ICL. Segundo estudo da FGV Energia RJ, o prejuízo chega quase a R\$ 30 bilhões anuais (R\$ 14 bilhões na arrecadação de **tributos** e R\$ 15,6 bilhões em perdas operacionais), incluindo fraudes no abastecimento, sonegação de **impostos** e inadimplência.

Para Carlo Faccio, diretor do ICL, a monofasia, além de promover melhorias no combate às fraudes tributárias para a **Receita Federal**, trouxe maior visibilidade para todos os problemas do setor, incluindo as perdas para o bolso dos motoristas, tanto na bomba quanto na manutenção dos veículos.

"O ICL também se tornou referência de credibilidade, disponibilizando informações em várias frentes que ajudaram a aprimorar a orientação ao consumidor, o treinamento e o trabalho de integração dos diversos órgãos de fiscalização", avalia.

O etanol, porém, não está sob esse regime tributário. Por isso, uma das bandeiras do ICL, em parceria com entidades do setor, é apoiar projetos de lei para o

próximo semestre.

Eles visam combater sonegação, adulteração e fraudes operacionais também nessa cadeia, onde existem milhares de usinas fictícias, outras que recorrem a liminares para operar e as empresas devedoras.

"Ainda não conseguimos a caracterização dos sonegadores contumazes, que abrem e fecham dezenas de empresas acumulando dívidas que podem chegar a R\$ 1 bilhão", diz.

A dívida ativa dessas companhias em 2021, inscrita pela Sefaz, já ultrapassava a marca dos R\$ 70 bilhões.

Diesel importado Combustível entra sem o recolhimento de imposto e sem a adição de biodiesel como exige a legislação

Fique atento

Veja os maiores golpes aos consumidores

I Adição de metanol. Proibido para uso em combustíveis, é utilizado para aumentar o volume do produto. Além de danificar o motor, representa grande risco para a saúde dos frentistas e motoristas por ser extremamente tóxico, podendo causar cegueira, problemas na pele e até mesmo a morte em exposições com elevadas concentrações (de 4 a 10 ml de metanol).

I Batismo com solvente.

Gasolina misturada com solvente de borracha. Essa reação química dentro do motor provoca a degeneração das peças.

I Bomba fraudada. Com chips ou acionamento por controle remoto, o equipamento registra volume de combustível no visor enquanto abastece o tanque do veículo com quantidade menor que a exibida.

I Álcool molhado. Água no álcool, que gera queima inadequada, poluição e engasgos no motor. Observe o termômetro ao lado da bomba: quando a marcação vermelha no aparelho estiver acima da linha de nível do etanol, há água em excesso. Verifique se a ampolheta se move, sinal de que o álcool está

passando pelo termodensímetro.

I Óleo diesel adulterado.

Alteração na composição, com solventes, álcool e até água, deixando o diesel com problemas no aspecto e no ponto de fulgor mínimo (temperatura para ocorrer a queima do combustível), além de causar danos graves ao motor e comprometer a segurança do veículo.

I Fraude no teor de biodiesel (B14). O percentual da mistura de biodiesel no diesel deve ser, obrigatoriamente, de 14%, o que contribui para reduzir a emissão de poluentes. Uma das consequências diretas dessa adulteração é a maior contaminação do ambiente.

I Adulteração do Arla 32 (Agente Redutor Líquido Automotivo).

Reagente químico usado em veículos movidos a diesel, fabricados no Brasil desde 2012, para reduzir em quase 100% as emissões de óxidos de nitrogênio na atmosfera, de uso obrigatório para atender à legislação vigente. Porém, chips instalados nos caminhões burlam a leitura dos painéis eletrônicos que verificam se o veículo está adequado às normas. Também são encontradas fraudes do produto, como ausência total, ou mistura com outros agentes químicos que podem danificar peças.

Olho na bomba

6 dicas para o abastecimento seguro

1. Busque postos de marcas com credibilidade 2. Desconfie de preços muito baixos: "promoções anormais" podem esconder fraudes, como propaganda enganosa, sonegação, roubo ou adulteração de quantidade ou qualidade 3. Peça nota fiscal. Sem ela não é possível comprovar denúncias em casos de irregularidades 4. Confira se a bomba começa a medir do zero e veja se o preço indicado é o mesmo anunciado pelo posto 5. Não permita que o frentista force a entrada de combustível além do pedido e abasteça até o desarme automático do bico 6. Odores e barulhos estranhos após abastecer podem indicar combustível adulterado, assim como o desempenho alterado do motor Para denúncias: [instituto.combustivellegal.org.br](http://instituto.combustivellegal.org.br).

[org.br/denuncie](http://org.br/denuncie)

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Fazenda vê alíquota próxima a 28%

VICTORIAABEL BRASÍLIA

Novos cálculos da equipe econômica apontam que a alíquota-padrão do imposto sobre consumo previsto na **Reforma Tributária** deve ficar próxima de 28%, após alterações feitas no projeto durante a tramitação na Câmara dos Deputados. Os parlamentares aumentaram a lista de itens que terão isenção ou redução do percentual cobrado.

Caso a previsão se confirme, o país teria o maior Imposto sobre Valor Agregado (IVA) do mundo, à frente da Hungria, que tem taxa de 27%, a maior entre os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Os cálculos finais da Fazenda estão sendo fechados e devem ser divulgados junto com a tramitação do texto no Senado. Antes, as previsões do governo mantinham a alíquota-padrão de referência no patamar de 26,5%. Entre os itens que mais pesam para o aumento do tributo estão a inclusão de carnes e queijos na cesta básica, a ampliação da alíquota reduzida em 60% para todos os medicamentos e o aumento de benefício tributário ao mercado imobiliário.

A tramitação da regulamentação no Senado está parada, aguardando o governo retirar a urgência constitucional do projeto. Os senadores querem que a análise ocorra com mais calma, e a votação em plenário seja apenas depois das eleições municipais, em outubro.

O primeiro e mais amplo projeto de regulamentação da **Reforma Tributária** -que será usado para fechar a alíquota-padrão - foi aprovado na Câmara dos Deputados no início de julho. O relator no Senado é o senador Eduardo Braga (MDB-AM), que ainda não foi oficializado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sinalizou a Braga a retirada da urgência, mas até agora não o fez.

- Parece que ajustaram o entendimento de que essa reforma não tem condição de ser votada em período eleitoral - disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). -Temos que ser mais justos para ter a menor alíquota possível. Vai ser o exercício do possível, e não do desejável. O desejável seria 20%, 19%. Mas vamos fazer o possível.

Os senadores querem rever, por exemplo, parte dos benefícios tributários ampliados a setores em votação

na Câmara dos Deputados e o aumento de itens na cesta básica.

-Aumentar a alíquota não tem condições, temos que tentar reduzir. Alguns setores que estão sendo beneficiados, vamos ter que olhar isso aí - afirmou o senador Ornar Aziz (PSD-AM).

## CARNES E QUEIJOS

Com base em calculadora criada pelo Banco Mundial, para tentar simular o efeito de cada mudança em relação ao projeto original do governo, O GLOBO estima que a nova alíquota poderá chegar a 27,9%. O cálculo inclui carnes bovinas, suínas e de aves, assim como queijos e sal, medicamentos e farinhas. O valor não inclui o aumento da renúncia tributária para construção civil, que terá importante peso na alta da taxa.

Senadores avaliam, por exemplo, retirar cortes nobres de carnes bovinas da cesta básica, como forma de reduzir essa alíquota. Técnicos da Fazenda, porém, ponderam que a divisão por cortes de carnes é inviável e poderia, inclusive, levar a fraudes em frigoríficos e açougues.

Apesar da iniciativa para diminuir a alíquota-padrão de IVA, os senadores terão de lidar com pressão de setores querendo mais benefícios.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima um aumento na alíquota-padrão para 28%, com as modificações da Câmara.

- Nossa estimativa também está no mesmo nível. Não há dúvida de que as alterações aumentarão significativamente a alíquota. A CNI sempre se manifestou contrária às exceções, mas a política levou a isso, não teria viabilidade sem as exceções -disse o superintendente de Economia da CNI, Mário Sérgio Telles.

A instituição, porém, defende que o Imposto Seletivo sobre mineração fique em zero, o que também poderia impactar a alíquota-padrão. Para a CNI, o tributo seletivo não deveria existir na extração de minérios, já que o mineral é insumo utilizado na indústria para diversas atividades produtivas, gerando cumulatividade.

O setor de mineração também conseguiu uma concessão por parte dos deputados. A

regulamentação estabelece que a cobrança de Imposto Seletivo para extração de minérios será fixada em uma alíquota de 0,25%. Antes esse valor poderia chegar a até 1%, o que representa uma perda na previsão de arrecadação.

Como forma de tentar minimizar o efeito de acréscimo de mais itens na cesta básica, além dos aumentos dos benefícios para setores como o mercado imobiliário e mineral, os deputados incluíram as bets, empresas de apostas on-line, no Imposto Seletivo. Aliados de Haddad, porém, avaliam que a arrecadação do setor ainda é incerta e não deve compensar a alta renúncia com as exceções.

#### GATILHO NA ALÍQUOTA

A Câmara dos Deputados incluiu um limitador de alíquota-padrão. A regra funcionará como uma espécie de gatilho: toda vez que a taxa de referência ameaçar ultrapassar o índice de 26,5%, medidas de redução de carga tributária podem ser acionadas. Porém, não necessariamente o Senado precisa finalizar o texto entregando uma alíquota nessa faixa.

A proposta afirma que uma avaliação será feita em 2031, para estimar se a soma das alíquotas da CBS (federal, que reúne PIS, Cofins e IPI) e do IBS (que une o ICMS, estadual, e o ISS, municipal), que passarão a valer integralmente em 2033, resultarão em valor superior a 26,5%. Caso o valor seja maior, um projeto de lei poderia ser enviado pelo Executivo, em conjunto com o Comitê Gestor, propondo a redução de benefícios para setores ou produtos.

Os senadores, porém, avaliam que a trava gera pouco efeito, já que não existe um comando que realmente obrigue o governo e o Congresso a aprovar os cortes.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Fazenda envia proposta para segunda etapa, sobre renda

**ANA FLÁVIA PILAR** [ana.costa@oglobo.com.br](mailto:ana.costa@oglobo.com.br) SÃO PAULO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a pasta já enviou à Presidência da República propostas para a segunda etapa da **Reforma Tributária**, com foco na renda. Agora, caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva definir se o tema será levado ao Congresso Nacional ainda neste ano, conforme previsto inicialmente.

Haddad esteve no Macro Day na manhã de ontem, em evento organizado por um banco de investimentos.

-Depois de concluir a remessa sobre **tributos** sobre consumo, nós vamos apresentar para o governo, a Fazenda vai apresentar para o governo, cenários de mudanças na renda. Isso já foi feito. Aí o presidente vai avaliar junto com os outros ministros, porque isso tem impacto político, tem impacto de comunicação, tem impacto para todo lado, disse o ministro. Ele acrescentou:

- Nós vamos explicar para os ministros quais os cenários, os impactos, e aí o presidente define se é esse ano, o ano que vem. (Essa discussão) Estava ocorrendo dentro da Fazenda e agora vai ocorrer no governo. A Fazenda já fez o seu trabalho interno.

## FAIXAS DE IMPOSTO DE RENDA

O envio da proposta de **Reforma Tributária** sobre a renda estava previsto, inicialmente, para ocorrer até 20 de março. No entanto, com um ano legislativo mais curto por causa das eleições municipais, que tiram parlamentares de Brasília, Haddad decidiu postergar o prazo.

Assim, o governo pode focar na regulamentação da primeira fase, que alterou o regime de **impostos** sobre o consumo.

O texto principal da segunda fase deve dispor principalmente sobre as faixas do Imposto de Renda da Pessoa Física - o presidente Lula prometeu, durante e após a campanha eleitoral de 2022, ampliar a isenção para os brasileiros que ganham até R\$ 5 mil.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Pacheco descarta votar agora a reforma tributária

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou nesta terça-feira, 20, que não há condições da Casa votar o projeto de lei que regulamenta a **reforma tributária** durante o período de eleições municipais. Ele disse que, em algum momento, o governo deverá retirar o regime de urgência constitucional do texto.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já sinalizou que deverá retirar a urgência, como mostrou o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Após reunião com o relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), o ministro disse que isso não vai prejudicar a votação do projeto de lei ainda este ano.

"A ideia não é comprometer o calendário, mas dar um fôlego para o Senado, como teve a Câmara, poder ter um espaço para um debate franco e tranquilo para a sociedade", disse o ministro após encontro com o senador.

"A ideia não é comprometer o calendário, mas dar um fôlego para o Senado", afirmou Pacheco.

**Site:** <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

# Campos Neto e Fernando Haddad dão seus recados aos investidores

**Correio Braziliense**

Por Camila Curado

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, buscaram dar vários recados ao mercado financeiro, ontem, em evento em São Paulo. O chefe do BC, inclusive, reforçou que o Comitê de Política Monetária (Copom) poderá aumentar os juros, "se for preciso", mesmo quando ele não estiver mais no comando da instituição.

Haddad, por sua vez, minimizou os riscos fiscais e apontou o aumento dos gastos com despesas obrigatórias, como Bolsa Família, e as despesas emergenciais no socorro das vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, como algumas das razões para a piora nas contas públicas neste ano. O novo arcabouço fiscal permite, neste ano, deficit primário zero nas contas do governo federal, ou saldo negativo de até R\$ 29 bilhões (0,25% do Produto Interno Bruto). Contudo, apesar de o consenso do mercado ser de que as contas continuarão fechando no vermelho neste ano, o ministro disse que o rombo fiscal deste ano será menor do que o do ano passado (de cerca de R\$ 260 bilhões).

"Nós estamos tirando o pé do fiscal. Neste ano, (o resultado das contas públicas) não tem como não ser muito melhor do que no ano passado. Aconteça o que acontecer, no ano que vem, vai ser melhor do que neste ano. Eu estou acompanhando os dados. Estamos tirando o estímulo fiscal de maneira organizada, sensata, sem prejudicar os pobres. Não vejo nenhum diagnóstico que aponte um erro grave na condução dessa questão", afirmou Haddad, ontem, em palestra no evento Macro Day, organizado pelo banco BTG Pactual.

O ministro reconheceu a necessidade de uma reforma em programas sociais após ser questionado sobre a diferença significativa entre os valores previstos e os desembolsos efetivos no primeiro semestre com benefícios sociais, principalmente com o auxílio doença e seguro desemprego. Os principais problemas apontados por Haddad estão na falta de controle e de transparência nos critérios de elegibilidade para a distribuição desses recursos. Segundo ele, "correção de desigualdades

perdem o efeito em programas mal-gerenciados". Ele explicou que para esses recursos alcançarem o público-alvo das medidas, é preciso ter normas bem definidas e um acompanhamento mensal da aplicação desses critérios. O ministro exemplificou ainda que os ajustes anunciados pelo governo, como os do Benefício de Prestação Continuada (BPC), surgem com a finalidade de corrigir distorções e combater fraudes. Ele enfatizou que não se tratam de cortes, mas sim de correções.

No evento na capital paulista, Campos Neto, reforçou o **comunicado** da ata da última reunião do Copom que deixou a porta aberta para aumento dos juros, em caso de necessidade e ainda destacou que as decisões da autoridade monetária continuarão sendo técnicas após a troca de comando, no fim deste ano. "O Banco Central vai subir os juros se for preciso, independente de eu estar ou não no BC", disse Campos Neto. Atualmente, a taxa básica da economia (Selic) está em 10,50% ao ano e, conforme dados do boletim Focus, do BC, divulgado nesta semana, a mediana das projeções para os juros básicos em 2025 voltou para o patamar de dois dígitos, passando de 9%, na semana passada, para 10%, nesta semana.

O chefe da autoridade monetária reforçou a preocupação com a desancoragem das expectativas de **inflação** do mercado, que continuam acima da meta, de 3%, neste ano e nos próximos, com limite superior de 4,50%. Campos Neto reforçou que os diretores do BC que integram o Copom decidiram pela manutenção da Selic por unanimidade com o objetivo de reforçar a mensagem de que as decisões são técnicas, de forma que a meta sempre será perseguida. O posicionamento do órgão ajudou a derrubar parte do prêmio de risco que o mercado vinha exigindo nos títulos da dívida pública, porque havia uma percepção dos investidores de influência política no racha do Copom na reunião de maio, quando diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva votaram pelo corte maior dos juros enquanto os cinco diretores que foram indicados pelo governo Jair Bolsonaro foram mais cautelosos e votaram para o corte de 0,25 ponto percentual, para os atuais 10,50%. Nas duas reuniões posteriores, o Copom manteve a taxa Selic no patamar atual.

Após pontuar que credibilidade não se conquista "de um dia para outro", Campos Neto disse que a

construção da confiança no trabalho do BC é um processo de longo prazo. "Não é sobre uma ou duas reuniões", acrescentou.

O presidente do BC tentou minimizar as divergências entre membros do Copom e afirmou que tudo passa por um processo de "amadurecimento". Ele ressaltou que, mesmo antes de a autonomia do BC ter sido aprovada, houve diversos momentos de divergências com diretores da autarquia que haviam sido indicados por ele próprio. E, com isso, reforçou que é necessário a convivência com essas diferenças.

Ao ser questionado sobre o fim do mandato dele no Banco Central, que termina dezembro deste ano, Campos Neto respondeu que espera que seu sucessor não seja julgado "pela cor da camisa que ele veste". A declaração com viés político foi vista por especialistas como desnecessária, apesar de o presidente do BC ter sido bombardeado de críticas por ter ido votar em 2022 com a camisa da seleção brasileira.

À frente do BC desde março de 2019, Campos Neto entrou no comando do BC defendendo autoridade monetária com autonomia formal. No ano seguinte, a autonomia formal para o órgão foi alcançada por meio do Projeto de Lei Complementar (PLP) 19/2019 aprovado pelo Senado, que conferiu ao BC liberdade para executar atividades essenciais ao país sem sofrer pressões político-partidárias. O objetivo alegado era promover a previsibilidade econômica e controlar as expectativas da inflação.

Ao comentar sobre o crescimento do **PIB** brasileiro acima das expectativas do mercado, atualmente em 2,23%, pela mediana das projeções do boletim Focus, o ministro da Fazenda ainda afirmou que o Brasil tem condições para apresentar crescimento econômico acima da média mundial. Sob os argumentos de que "crescimento e o sucesso inspiram cuidados", Haddad defendeu um crescimento sustentável e contínuo por meio da manutenção da qualidade do crescimento.

O chefe da equipe econômica ainda destacou a importância em cuidar da oferta de mão de obra qualificada e em pensar em medidas estruturais como a regulamentação da reforma tributária, que está em curso, e no plano de transformação ecológica, por exemplo. "Não existe solução para a economia brasileira que não passe pelo crescimento", complementou.

Na avaliação de Haddad, não é preciso fazer grandes coisas para o país crescer. Eu só vejo possibilidades para a gente explorar. Precisa distensionar um pouco na política, continuar esse trabalho de agregar, de adensar as pessoas que querem o bem do Brasil",

afirmou. Ele afirmou ainda que o Brasil "está pronto para dar um salto". "Essa é a minha convicção total: nós temos condições de dar um salto", disse.

**Site:**

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/08/6924565-campos-neto-e-fernando-haddad-dao-seus-recados-aos-investidores.html>

# Reforma Tributária: com previsão de alíquota de 28%, senadores querem rever aumento de itens na cesta básica

Novos cálculos da equipe econômica apontam que a alíquota-padrão do imposto sobre consumo previsto na **Reforma Tributária** deve ficar próxima de 28%, após alterações feitas no projeto durante a tramitação na Câmara dos Deputados. Os parlamentares aumentaram a lista de itens que terão isenção ou redução do percentual cobrado.

Caso a previsão se confirme, o país teria o maior Imposto sobre Valor Agregado (IVA) do mundo, à frente da Hungria, que tem taxa de 27%, a maior entre os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Os cálculos finais da Fazenda estão sendo fechados e devem ser divulgados junto com a tramitação do texto no Senado. Antes, as previsões do governo mantinham a alíquota-padrão de referência no patamar de 26,5%.

Entre os itens que mais pesam para o aumento do tributo, estão a inclusão de carnes e queijos na cesta básica, a ampliação da alíquota reduzida em 60% para todos os medicamentos e o aumento de benefício tributário ao mercado imobiliário.

A tramitação da regulamentação no Senado está parada, aguardando o governo retirar a urgência constitucional do projeto. Os senadores querem que a análise ocorra com mais calma, e a votação em plenário seja apenas depois das eleições municipais, em outubro.

O primeiro e mais amplo projeto de regulamentação da **Reforma Tributária** - que será usado para fechar a alíquota-padrão - foi aprovada na Câmara dos Deputados no início de julho. O relator no Senado é Eduardo Braga (MDB-AM), que ainda não foi oficializado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sinalizou a Braga a retirada da urgência, mas até agora não o fez.

- Parece que ajustaram o entendimento de que essa reforma não tem condição de ser votada em período eleitoral - disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). - Temos que ser mais justos para

ter a menor alíquota possível. Vai ser o exercício do possível, e não do desejável. O desejável seria 20%, 19%. Mas vamos fazer o possível.

Os senadores querem rever, por exemplo, parte dos benefícios tributários ampliados a setores em votação na Câmara dos Deputados e o aumento de itens na cesta básica.

- Aumentar a alíquota não tem condições, temos que tentar reduzir. Alguns setores que estão sendo beneficiados, vamos ter que olhar isso aí - afirmou o senador Omar Aziz (PSD-AM).

Com base em calculadora criada pelo Banco Mundial, para tentar simular o efeito de cada mudança em relação ao projeto original do governo, O GLOBO calcula que a nova alíquota poderá chegar a 27,9%. O cálculo inclui carnes bovinas, suínas e de aves, assim como queijos e sal, medicamentos e farinhas. O valor não inclui o aumento da renúncia tributária para construção civil, que terá importante peso na alta da taxa.

Senadores avaliam, por exemplo, retirar cortes nobres de carnes bovinas da cesta básica, como forma de reduzir essa alíquota. Porém, técnicos da Fazenda ponderam que a divisão por cortes de carnes é inviável e poderia, inclusive, facilitar fraudes em frigoríficos e açougues.

Apesar da iniciativa para diminuir a alíquota-padrão de IVA, os senadores terão de lidar com pressão de setores querendo mais benefícios.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima um aumento na alíquota padrão para 28%, com as modificações da Câmara.

- A nossa estimativa também está no mesmo nível. Não há dúvida de que as alterações aumentarão significativamente a alíquota. A CNI sempre se manifestou contrária às exceções, mas a política levou a isso, não teria viabilidade sem as exceções - disse o superintendente de Economia da CNI, Mário Sergio Telles.

A instituição, porém, defende que o Imposto Seletivo sobre mineração fique em zero, o que também poderia impactar a alíquota-padrão. Para a CNI, o tributo seletivo não deveria existir na extração de minérios, já que o mineral é insumo utilizado na indústria para diversas atividades produtivas, gerando cumulatividade.

O setor de mineração também conseguiu uma concessão por parte dos deputados. A regulamentação estabelece que a cobrança de Imposto Seletivo para extração de minérios será fixada em uma alíquota de 0,25%. Antes esse valor poderia chegar a até 1%, o que representa uma perda na previsão de arrecadação.

Como forma de tentar minimizar o efeito de acréscimo de mais itens na cesta básica, além dos aumentos dos benefícios para setores como o mercado imobiliário e mineral, os deputados incluíram as bets, empresas de apostas on-line, no Imposto Seletivo. Aliados de Haddad, porém, avaliam que a arrecadação do setor ainda é incerta e não deve compensar a alta renúncia com as exceções.

A Câmara dos Deputados incluiu um limitador de alíquota-padrão. A regra funcionará como uma espécie de gatilho: toda vez que a taxa de referência ameaçar ultrapassar o índice de 26,5%, medidas de redução de carga tributária podem ser acionadas. Porém, não necessariamente o Senado precisa finalizar o texto entregando uma alíquota nessa faixa.

A proposta afirma que uma avaliação será feita em 2031, para estimar se a soma das alíquotas de Contribuição sobre Bens e Serviços - que reúne PIS, Cofins e IPI - e IBS (ICMS, estadual, e ISS, municipal), que passarão a valer integralmente em 2033, resultarão em valor superior a 26,5%.

Caso o valor seja maior, um projeto de lei poderia ser enviado pelo Executivo, em conjunto com o Comitê Gestor, propondo a redução de benefícios para setores ou produtos.

Os senadores, porém, avaliam que a trava gera pouco efeito, já que não existe um comando que realmente obrigue o governo e o Congresso a aprovar os cortes.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/08/21/reforma-tributaria-com-previsao-de-aliquota-de-28percent-senadores-querem-rever-aumento-de-itens-na-cesta-basica.ghtml>**

# Setor exportador vai ganhar muito com reforma, diz Loria

**Marta Watanabe De São Paulo**

Um dos grandes benefícios com o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) é que o todo o tributo pago por uma empresa no fornecimento de bens ou serviços para outra empresa é creditável pela outra empresa, com a não cumulatividade plena, diz Daniel Loria, diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**. Isso, diz, irá beneficiar as operações B2B e também os setores exportadores. Esses setores, diz Loria, vão "ganhar muito" com a reforma.

Segundo ele, hoje há setores "que se acham desonerados ou acham que pagam baixos **impostos**".

"Na verdade eles não estão desonerados, não pagam baixos **impostos**. Porque para trás, na cadeia, tem um monte de imposto embutido que eles não enxergam nos preços, nos insumos." Loria exemplifica com o setor agro exportador. "O agro exportador acha que é imune no Brasil.

Hoje em dia ele não é imune." Porque, explica, apesar de a exportação não ser tributada, a energia elétrica tem imposto e o serviço prestado pelos advogados tem imposto, entre outros.

"Todos os insumos têm imposto, e o agro não recupera esses **impostos**.

Com a reforma, um setor exportador como o agro vai ganhar muito. Porque todo aquele imposto que estava escondido virá à tona, será creditável e devolvido para a empresa. Ou compensando com débito. Ou no exemplo de um exportador, que estará totalmente imune, será ressarcido em dinheiro. Colocamos prazos para isso na lei complementar.

Para simplificar a conversa, estamos falando em 60 dias para ressarcimento de créditos." Loria pondera que há algumas diferenças "para cima ou para baixo" no prazo de 60 dias, Mas, segundo ele, haverá ganhos em comparação com o cenário "em que hoje esses créditos ou não existem, ou são de muito difícil recuperação, como se vê no ICMS".

"Então todo o B2B vai ganhar muito. Todo o setor exportador vai ganhar muito, certamente, por causa da eliminação do resíduo tributário. E todo o funcionamento da economia, por consequência, vai

ganhar." Vanessa Canado, coordenadora do núcleo de pesquisas em tributação do Insper, diz que certamente, entre as empresas que praticam operação B2B, "100% delas terão redução de carga tributária". Porque o resíduo tributário será substituído por "28% de crédito". "Então na operação B2B não há aumento de carga tributária. Agora, na operação B2C, havia evidências do Banco Mundial de que educação e saúde seriam setores mais afetados, mas [esses setores] tiveram alíquota reduzida. Então espera-se realmente impacto muito pequeno do ponto de vista setorial." Para o tributarista Roberto Quiroga, sócio do Mattos Filho, a grande questão na **reforma tributária** está na credibilidade. "A última **reforma tributária** [no Brasil] foi em 1965. Essa aqui é a primeira reforma após a nova Constituição.

E todos nós vivemos esses anos sem acreditar muito porque o governo, durante todo esse tempo, não cumpriu aquilo que estava na lei." Quiroga exemplifica com a chamada Lei Kandir. "A lei falava em créditos na exportação. Nós não recebemos. Agora nós temos o cashback. E as pessoas ficam pensando: será que isso vai ocorrer de verdade? O pessoal do agro deve pensar o seguinte: será que vamos ter mesmo todos os créditos? Ou daqui a algum tempo vai mudar?"

Não é questão técnica. O que temos é questão de credibilidade."

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187962?page=1&section=1>

# Dólar avança 1,35% por falas de Campos Neto

**PAULO RENATO NEPOMUCENO, (Colaborou Ana Flávia Pilar, com Valor)**

O dólar comercial voltou a subir, fechando ontem em alta de 1,35%, a R\$ 5,48. Esse movimento, segundo analistas, foi decorrente da entrevista do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, à colunista do GLOBO Míriam Leitão, publicada ontem, e das declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em evento em São Paulo.

Para agentes do mercado, as declarações de Campos Neto sinalizaram que uma alta da taxa básica de juros, a Selic -a aposta de diversas casas, na esteira de falas duras de diretores do BC -, não está no radar.

-Quando o BC começou a adotar um tom mais hawkish (agressivo com a **inflação**), mais preocupado com situações do momento, o mercado gostou: se necessário (o BC vai) subir juros, e isso controla a situação da moeda - afirma Gustavo Okuyama, gestor de renda fixa da Porto Asset.

Já o tom do presidente do BC na entrevista foi mais brando, diz: - Ele comenta que quem tem (expectativa de) alta é o mercado, não os economistas. Com isso, ficou a ideia de que o discurso pró-aumento de juros de (Gabriel) Galípolo, (Diogo) Guillen e do próprio Campos Neto na semana passada, de que se necessário vão subir (os juros) ficou atenuado.

## JUROS FUTUROS

A entrevista de Campos Neto também teve impacto nos juros futuros. As taxas do Depósito Interfinanceiro (DI) de curto prazo recuaram, devido à menor expectativa de alta da Selic em setembro, enquanto as de médio e longo prazo avançaram.

A taxa DI para janeiro de 2025 recuou de 10,845% para 10,795%, e aquela para janeiro de 2026, caiu de 11,555% para 11,505%. Já a taxa de janeiro de 2027 subiu de 11,405% para 11,425%, e a de janeiro de 2029 passou de 11,39% para 11,455%.

-O movimento foi claro em reação à entrevista - diz Okuyama.

Para Alexandre Viotto, gerente de câmbio da EQI Investimentos, a declaração de Haddad, pela manhã,

de que a taxa de juros está bastante restritiva, também contribuiu para a alta do dólar: -E um discurso que sinaliza uma política monetária mais solta. Ele não faz política monetária, mas as declarações dele, sendo do governo, estando em processo de transição do Banco Central, dão a impressão de que uma alta não é tão certa.

Haddad afirmou, no Macro Day, promovido pelo BTG Pactual, que se o BC "apertar demais o monetário em um momento no qual você pode ter uma turbulência externa, momentânea, e não está olhando para a **inflação** do final de 2025, começo de 2026, você pode abortar um processo virtuoso de combate à **inflação** pelo lado da oferta." - Estamos começando a ver formação bruta de capital no país. De repente você erra na dose, aborta esse processo de ampliação da capacidade instalada, vai ter problema inflacionário também -afirmou o ministro.

Ele disse ainda que "o Banco Central tem que olhar para a curva de demanda e de oferta também, e o fiscal tem que ajudar": - São braços do mesmo organismo, não há duas políticas econômicas. É um organismo vivo.

No mesmo evento, Campos Neto disse que eventual aumento da Selic está na mesa se os dados econômicos indicarem que isso é necessário. Segundo ele, o BC tem como prioridade perseguir a meta de **inflação**: - Se precisar subir juros, vamos subir juros.

## BARATA EM DÓLAR

No mercado acionário, o Ibovespa avançou 0,23% e renovou seu recorde histórico, aos 136.087 pontos. No ano, o principal índice da B3 acumula valorização de 1,41% no ano.

Segundo analistas, o Ibovespa voltou a surfar nos balanços positivos do segundo trimestre das empresas e na expectativa de o BC americano reduzir os juros em setembro, o que atrai investidores internacionais.

Para Max Bohm, estrategista da Nomos, o atual preço "barato" da Bolsa ajuda a atrair o investidor internacional: - Quando ele vê Brasil com empresas registrando lucro de dois dígitos e a Bolsa em dólares longe da máxima histórica, ele aporta.

Segundo Bohm, em dólares o Ibovespa está hoje em US\$ 25 mil, longe do recorde, de US\$44 mil, ou seja, há espaço para crescer.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Para economistas, risco de inflação é baixo, por ora

**Alessandra Saraiva**

O risco de nova pressão inflacionária, originada do atual aquecimento do setor industrial, é considerado baixo pela maioria dos economistas consultados pelo Valor.

Para eles, a indústria até julho, com produção em alta e estoques em baixa, reflete mais o bom momento atual da economia como um todo, com demanda interna forte. Mas alguns ressaltam: não é impossível que a indústria aquecida seja mais um fator, na mesa do Conselho de Política Monetária (Copom), para justificar possível aumento na taxa básica de juros (Selic) ainda neste ano.

"A indústria certamente tem papel importante no ciclo de atividade", disse Sergio Vale, economista chefe da MB Associados. "Mas a maior preocupação [em **inflação**] continua sendo serviços, que têm tido não apenas um crescimento forte; mas, quando olhamos os indicadores de preços, quando vemos **inflação** de bens e **inflação** de serviços, a **inflação** de bens está muito comportada", disse.

Além de serviços, Vale comentou que outras pressões relevantes hoje, na **inflação**, são taxa de câmbio - com o patamar de dólar elevado a influenciar itens relacionados, como commodities - e o mercado de trabalho aquecido.

Este último impulsiona renda originada do trabalho e, com isso, o poder de consumo do brasileiro, a favorecer a **inflação** de demanda.

"Não podemos nos esquecer também que as commodities têm papel muito relevante e importante [no crescimento] da indústria", disse. "Não houve mudança estrutural na indústria. Temos um rearranjo, um crescimento que está acontecendo agora, muito atrelado ao movimento das commodities.

Vemos o crescimento [industrial] justamente das regiões que estão atreladas a esses setores e dos setores que estão atrelados às commodities", disse.

As indústrias de máquinas e equipamentos, um dos destaques de melhora na produção e em estoques em julho, são bastante influenciadas pelo agronegócio, em particular pela produção de soja.

Assim, o especialista não acredita em uma retomada consistente da indústria, que possa conduzir não somente a elevações de produção contínuas; mas também a posteriores movimentos de preços em alta.

Outro aspecto lembrado por André Valério, economista sênior do Inter, é o fato de que a melhora da indústria até junho também foi influenciada pela normalização do setor no Rio Grande do Sul, após os efeitos das fortes enchentes em maio. "Mas podemos dizer que a atividade também tem se mostrado mais resiliente que o esperado em 2024, uma tônica constante nessa recuperação pós-pandemia", assinalou.

Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, também entende que a melhora industrial deve ser interpretada dentro de um contexto maior, de melhora da demanda interna e da economia como um todo. Para ele, a preocupação do Banco Central e de boa parte dos analistas, não é se o desempenho da indústria vai gerar impactos inflacionários. A preocupação é que esse bom desempenho da economia talvez atrapalhe a volta da **inflação** para o patamar de 3%, que é a meta de **inflação** para 2024.

Porém, ao ser questionado se o BC analisaria o aquecimento industrial, dentro do contexto de subir ou não a Selic novamente, ele foi cauteloso. "Seria mais um fator na mesa. Não é o único. Quando o Banco Central toma a sua decisão, eles não estão olhando o que aconteceu em junho na indústria, o que aconteceu no setor de serviços.

Eles estão olhando o "conjunto da obra", disse. "Então quando se olha o conjunto da obra, a atividade está aquecida", admitiu.

Por sua vez, para o economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Jonathas Goulart, o aquecimento do setor industrial tem potencial de elevar custo de mão de obra. "A recuperação da economia tem começado a refletir na falta, no alto custo da mão de obra também para a indústria", afirmou, a lembrar que o mercado de trabalho opera aquecido. "E um mercado de trabalho aquecido não vai desaquecer de uma hora para outra.

E por isso, não à toa, parte do mercado já está entendendo necessidade de subir taxa de juros."

Andréa Angelo, estrategista de **inflação** da Warren Investimentos, ressaltou, no entanto, que não pode ser imputada à indústria aquecida uma possível subida de Selic. "Se o BC vai subir a taxa de juros, será por mais do que isso [indústria aquecida]. Será por um fator de crescimento econômico inteiro" disse.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187962>

# Haddad defende revisão de gastos do BPC e vê exagero em temor fiscal

**Guilherme Pimenta e Jéssica Sant"Ana De Brasília**  
**(Colaborou Marcelo Osakabe, de São Paulo)**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu ontem a revisão de gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de outros benefícios sociais, ao dizer que não se trata de corte de gastos, mas somente um controle rígido, mensal, dos critérios de elegibilidade dos programas, o que teria sido perdido nos últimos anos, segundo ele.

"Isso não tem nada a ver com ortodoxia. Ninguém pode ser contra ter programa consistente e com condições de elegibilidade verificadas mês a mês", disse o ministro durante evento do BTG Pactual. "Estamos num momento particularmente favorável para fazer esse tipo de ajuste." A revisão de gastos com benefícios sociais, incluindo o BPC, tem o objetivo de conseguir um espaço de R\$ 25,9 bilhões no Orçamento de 2025, cuja proposta será encaminhada ao Congresso Nacional até o fim da próxima semana.

Conforme mostrou o Valor recentemente, o governo estima economizar R\$ 47 bilhões em quatro anos (2025 a 2028) com o pente-fino no programa destinado a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Mesmo assim, a projeção de gastos com o BPC, pela ótica financeira e sem incluir precatórios e sentenças judiciais, saltará de R\$ 106,6 bilhões neste ano para R\$ 140,8 bilhões em 2028.

Ele também afirmou que há uma preocupação exagerada no Brasil com a questão fiscal. "Fiscal interessa, mas precisamos ver o todo", defendeu. A fala do ministro ocorreu quando ele comparou o debate fiscal que acontece nos EUA com o daqui do Brasil. Haddad avaliou que há preocupação até menor do que deveria nos EUA, enquanto haveria "exagero aqui".

"Não vejo diagnóstico que aponte erro grave [do governo na questão fiscal]", defendeu o ministro.

Ele citou que a questão tributária, as vezes pouco observada pelos analistas de mercado, é um problema que "está no topo da nossa prioridade".

Haddad disse ainda que "não tem como fiscal [neste ano] não ser muito melhor do que em 2023, aconteça

o que acontecer".

Ele citou dados de crédito e do setor de construção para embasar a afirmativa.

Questionado sobre as metas de resultado primário estabelecidas pela Fazenda - déficit zero neste e no próximo ano -, o titular da pasta disse que, se "todo mundo fizer o que está determinado ou pela lei ou pela Justiça, vamos transitar numa boa por 2024, 2025 e 2026".

Nesse sentido, o ministro voltou a pedir harmonia entre os poderes para o cumprimento das metas, ao citar projetos de lei que possam ampliar a renúncia de receitas, mas que precisam de compensação.

Segundo Haddad, a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que exigiu medidas compensatórias para renúncias aprovadas pelo Congresso Nacional é uma mudança na governança fiscal do Brasil.

Já o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, também presente ao evento, afirmou que o esforço em termos de receita para cumprir a meta prevista no arcabouço fiscal para 2025 será menor que o observado para 2024.

"Temos um projeto consistente, não vamos abrir mão do compromisso fiscal [com a meta].

Não existe o que fazer além de seguir no mesmo projeto que se iniciou no ano passado", afirmou Durigan. "Novas medidas de receita vão vir em intensidade menor que no ano passado. É preciso também que se siga com medidas do lado da despesa, mas sem tapar o sol com a peneira." Ele não adiantou que medidas podem fazer parte desse novo pacote, mas disse que o governo irá detalhá-las na apresentação do projeto de Orçamento Anual (PLOA) de 2025, no fim de agosto.

Sobre juros, Haddad disse que o país ainda está sob uma política monetária "bastante restritiva com a atual taxa de juros", atualmente fixada em 10,50% ao ano pelo Banco Central.

De acordo com o ministro, "falando por hipótese", se o BC "apertar demais o monetário em um momento no

qual você pode ter uma turbulência externa, momentânea, e não está olhando para a **inflação** do fim de 2025, começo de 2026, você pode abortar um processo virtuoso de combate à **inflação** pelo lado da oferta".

No evento, informou ainda que já apresentou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva "cenários" sobre a reforma da renda. Agora, haverá uma avaliação de Lula e dos demais ministros sobre o tema.

"Momento é particularmente favorável para esse tipo de ajuste" Fernando Haddads

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187962>

# Governo, Congresso e Judiciário fecham acordo e estabelecem critérios para emendas

*Flávia Maia, Isadora Peron, Mariana Assis, Renan Truffi, Fabio Murakawa, Murillo Camarotto, Julia Lindner, Caetano Tonet, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro*

Representantes dos três Poderes anunciaram na terça-feira (20) diretrizes que devem guiar os repasses das emendas parlamentares ao Orçamento, tema que virou ponto de tensão nas últimas semanas entre o Judiciário e o Legislativo. O acordo firmado após quatro horas de reunião a portas fechadas no Supremo Tribunal Federal (STF) prevê que as emendas serão mantidas, mas com novos critérios, que ainda serão "ajustados" em 10 dias. Por enquanto, as liminares do ministro Flávio Dino, que suspenderam as emendas, continuam válidas, até que ele se manifeste.

A avaliação do presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, foi a de que os Poderes chegaram a um consenso "possível". O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), e o Planalto comemoraram a negociação.

Presente ao encontro, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), não se manifestou publicamente. Já as organizações não governamentais de transparência têm dúvidas sobre a efetividade do acordo em relação à transparência dos recursos.

Pelo acordo firmado, as "emendas Pix" serão mantidas com pagamento obrigatório e sem necessidade de convênio com a União.

Mas passará a ser exigida a identificação prévia sobre como será usado o dinheiro e as obras inacabadas terão prioridade. Quem receber terá que prestar contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), embora não tenha ficado claro se os tribunais de contas estaduais deixarão de fazer a fiscalização - atuação atribuída a eles pelo próprio TCU.

As mudanças buscam corrigir um problema sobre a falta de transparência e fiscalização, que ensejaram as primeiras decisões de Dino sobre a suspensão das emendas. Atualmente não há a necessidade de identificação antecipada sobre como o dinheiro da "emenda Pix" seria usado pela prefeitura ou governo do Estado.

O ente que recebe hoje pode gastar a verba como

quiser, como se fosse de seu próprio orçamento.

Em consonância com esta decisão, o presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, disse ao Valor que já discute com a Controladoria-Geral da União (CGU) a ideia de realizar um sorteio das cidades que terão as despesas com as "emendas Pix" fiscalizadas.

Essa é a saída encontrada para a falta de estrutura e pessoal para acompanhar a alocação nos mais de 5 mil municípios.

Uma das possibilidades é que as cidades sorteadas tenham fiscalizadas todas as emendas recebidas nos quatro anos anteriores. "O TCU vai fiscalizar as "emendas Pix" da mesma forma que fiscaliza os convênios, considerando materialidade, relevância e riscos. São muitos convênios e não é possível fiscalizar tudo", disse Dantas. Ele ressaltou, porém, que os detalhes ainda serão discutidos tanto com a CGU quanto com os tribunais de contas estaduais.

Além disso, as emendas de bancada serão destinadas a projetos estruturantes em cada Estado e no Distrito Federal, proibida a individualização que tem ocorrido desde que se tornaram de pagamento obrigatório.

Já as de comissão (que substituíram o orçamento secreto) serão destinadas "a projetos de interesse nacional ou regional", definidos de comum acordo entre Legislativo e Executivo - portanto, negociadas dentro de programas de governo federal.

O **comunicado** do STF não deixa claro como se dará a transparência nesses casos, e os parlamentares ainda aguardam mais detalhes sobre como será esse novo modelo, que pode enfraquecer os presidentes das Casas e os líderes partidários.

Também ficou definido que Executivo e Legislativo "ajustarão" a vinculação das emendas parlamentares à receita corrente líquida (RCL) "de modo a que elas não cresçam em proporção superior ao aumento do total das despesas discricionárias".

As emendas individuais equivalem a 2% da RCL de dois anos antes e as de bancada, a 1%.

Uma das preocupações de especialistas em contas públicas é que a vinculação pode fazer com que as

emendas impositivas cresçam mais rápido do que o limite de despesas do novo arcabouço fiscal, que prevê que os gastos do governo aumentarão em no máximo 2,5% acima da **inflação**. Já a RCL, desde 2009, teve variação que chegou a até 34,1% de um ano para outro. Se isso se repetir, o governo teria que cortar em outras áreas.

O problema ocorreu em parte pela revogação do teto de gastos aprovado no governo **Temer** (MDB). Até então, as emendas eram corrigidas pela **inflação**, o que tinha controlado esse ritmo de crescimento. Além disso, como contrapartida à PEC da Transição, que permitiu ao governo Lula (PT) gastar mais R\$ 168 bilhões, as emendas individuais subiram de 1,2% da RCL para 2%.

Na análise dos representantes dos Poderes, cada um saiu com alguma vitória da mesa de negociação.

O Congresso reverteu o fim da "emenda Pix", o governo federal conseguiu que as verbas das emendas de bancada e de comissão passem a ser destinadas para obras estruturantes e de interesse nacional e o STF demonstrou ser capaz de fixar alguns critérios de transparência.

Segundo interlocutores da Corte, os ministros consideraram que uma das principais vitórias da reunião foi estabelecer um teto para o crescimento das emendas ao discutir sua proporção em relação a RCL.

Essa mudança, no entanto, precisará da aprovação de uma proposta de emenda à Constituição.

Em sua fala, Barroso destacou que houve "consenso pleno" em torno de alguns temas, como o de ser preciso que haja rastreabilidade e transparência em relação às emendas. De acordo com o presidente do STF, havia três debates na mesa: o valor das emendas; a fragmentação orçamentária; a rastreabilidade e transparência dos recursos. Barroso apontou ainda que, no encontro, todos expressaram preocupação com o tema da governabilidade.

Segundo Barroso, "ninguém chegou com uma resposta pronta" e houve uma "uma construção coletiva" de uma saída para o problema. "O Supremo não participa de negociação política. As nossas preocupações eram de natureza constitucional", disse.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu que as emendas "são instrumentos legais e legítimos" e destacou que os "ajustes" por maior transparência "vêm muito a calhar para o Brasil como um todo na execução orçamentária".

Segundo ele, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

de 2025 "obviamente buscará ser aderente a todas as diretrizes estabelecidas" e a LDO de 2024 também pode ser alterada.

"O que for preciso para materializar o que foi definido hoje será feito. Inclusive alterações constitucionais são cogitadas", afirmou.

Integrantes do primeiro escalão do governo celebraram o acordo. De maneira geral, disse uma fonte ao Valor, as medidas darão uma folga ao caixa dos ministérios ao destinarem as emendas de bancada e de comissão a "projetos estruturantes" ou "de interesse nacional ou regional", o que era uma reivindicação desde a transição de governo em 2022.

"Também é um espírito muito positivo desse resultado final", elogiou o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais).

Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que precisava analisar o acordo antes de comentar.

Antes do encontro, afirmou em um evento que os Poderes estavam em "semana de fricção", mas disse que "[nós] sairemos maior disso.

A Transparência Brasil e a Transparência Internacional veem com cautela as medidas anunciadas e pedem mais informações. Na opinião de Juliana Sakai, diretora-executiva da Transparência Brasil, a nota divulgada pelo STF foi "bastante econômica" e anuncia algumas possibilidades de melhorias no controle e transparência apenas das emendas individuais.

Guilherme France, gerente de pesquisa e advocacy da Transparência Internacional no Brasil, entende que a sinalização de que a transparência e a rastreabilidade são critérios obrigatórios é positiva, mas é preciso garantir que a implementação seja adequada.

"O Supremo não participa de negociação política" Luís R. Barroso

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187962?page=1&section=1>

# Dólar sobe com exterior e Ibovespa anota recorde

Por Arthur Cagliari, Gabriel Roca, Maria Fernanda Salinet e Gabriel Caldeira - De São Paulo

Após uma longa sequência de otimismo nos mercados globais, a sessão de ontem foi marcada por uma menor demanda por risco e um ambiente ligeiramente mais negativo para ativos de países emergentes. Além disso, operadores se mostraram atentos às falas do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, que pareceu um pouco menos inclinado a elevar a Selic no curto prazo. Neste contexto, os índices em Nova York recuaram e o dólar exibiu alta forte frente ao real e ao peso mexicano, em meio à nova valorização do iene contra a divisa americana. A exceção foi o Ibovespa, que deu sequência aos ganhos recentes e anotou um novo recorde de fechamento.

Desde o início da sessão, agentes se mostraram atentos às falas de Campos Neto, que concedeu entrevista ao jornal "O Globo". Operadores destacaram, por exemplo, a indicação da autoridade de que o mercado estaria esperando uma alta de juros, mas os economistas não. Além disso, em sua participação em evento organizado pelo BTG Pactual, o presidente do BC buscou balancear os riscos para a **inflação**, sublinhou diversas vezes a melhora recente do cenário externo, e enfatizou que o colegiado se mantém dependente dos dados.

As falas de Campos Neto acabaram contribuindo para uma reversão parcial do movimento dos últimos dias, de apreciação do real e de achatamento da curva de juros. Ontem, o dólar comercial encerrou em alta de 1,35%, a R\$ 5,4846, enquanto, no mercado de juros, as taxas curtas caíram, ao passo que as longas avançaram.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 caiu de 10,845% no ajuste anterior para 10,795%, enquanto a do DI para janeiro de 2029 subiu de 11,39% para 11,455%.

Luiz Eduardo Portella, gestor da Novus Capital, diz que o presidente do BC foi "dovish" (favorável ao afrouxamento monetário) na entrevista ao jornal "O Globo" desta terça e não mudou muito o tom no evento no BTG. "Parece uma estratégia combinada de dar espaço para os diretores que vão continuar [no Copom], em especial ao Gabriel Galípolo", diz.

Na avaliação do gestor da Novus, o chefe da autoridade monetária não quer se comprometer com alta de juros agora. "[Ele está] Indicando que não está no grupo que acha que está assimétrico o balanço de riscos", complementa. Mesmo sem um tom conservador por parte de Campos Neto, a Novus estima uma alta de 0,25 ponto percentual da Selic em setembro. "O Galípolo foi bem vocal para uma subida [dos juros]. Se não subir, vamos ver grande parte dessa melhora recente ser revertida."

Portella lembra que o movimento da última semana foi muito forte na curva dos juros de longo prazo e com o dólar caindo fortemente. "Hoje [ontem] o mercado realizou [lucros]. Houve inclinação da curva de 0,15 ponto percentual no juro e dólar mais forte."

Para além do ambiente doméstico, o movimento também foi desencadeado por algum ajuste de posições nos mercados globais. Após uma sequência de oito pregões positivos seguidos, as bolsas de Nova York interromperam seu rali de recuperação e encerraram a sessão em queda moderada. O índice Dow Jones encerrou em queda de 0,15%; o S P 500 recuou 0,20%; e o Nasdaq cedeu 0,33%.

Agentes também aguardam novos sinais do Federal Reserve, o banco central americano, para a condução da política monetária no curto prazo. Na sexta-feira, o presidente da instituição, Jerome Powell, fez discurso no simpósio anual de Jackson Hole.

Ontem, Michelle Bowman, diretora do Fed, pregou cautela e tentou afastar a noção de que um corte de juros em setembro é algo certo. Segundo ela, ainda há riscos de alta para a **inflação** americana e o banco central deve considerar diversos cenários possíveis para as suas próximas decisões.

Ainda assim, ela admitiu que seu cenário base é de uma desaceleração contínua da **inflação** que permita um ciclo de flexibilização monetária. Bowman, contudo, não especulou sobre o momento de iniciar os cortes. "Precisamos ser pacientes e evitar prejudicar o progresso contínuo na redução da **inflação** por meio de uma reação exagerada a um único dado", argumentou a diretora do Federal Reserve.

O ambiente de menos otimismo no exterior, contudo,

não foi capaz de impedir uma nova alta do Ibovespa. O principal índice da bolsa local encerrou o pregão em alta de 1,36%, aos 135.778 pontos, anotando uma nova máxima histórica de fechamento.

Em relatório, a equipe do Itaú BBA aponta que os setores bancário e doméstico são os mais atrativos da bolsa local, seguidos pelo segmento ligado às commodities, apesar de este ter apresentado um desempenho ligeiramente abaixo do índice de referência na semana passada.

"No contexto dos mercados emergentes, o Brasil continua como destaque, com o segundo melhor desempenho na semana passada, atrás apenas da Coreia do Sul", diz o banco.

1,35% foi a alta do dólar ontem, que encerrou a R\$ 5,4846

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187962>

# Presidente do BC quer centrar forças em "transição suave"

Por Gabriel Shinohara, Valor - Brasília

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou que precisa concentrar todas as suas forças em realizar uma "transição suave" na autoridade monetária "para que as pessoas entendam que tudo tem continuidade, que o BC vai perseguir a meta, vai trabalhar de forma técnica".

A afirmação de Campos Neto veio em participação em evento após um questionamento sobre qual seria seu futuro fora do BC, já que seu mandato acaba no fim do ano. O principal candidato para sucedê-lo é o atual diretor de política monetária, Gabriel Galípolo.

Campos Neto respondeu que não quer continuar na esfera pública e que provavelmente vai para uma área de finanças e tecnologia, mas que ainda não sabe com certeza. Nesse contexto, afirmou que precisa concentrar forças na transição. "A gente faz uma transição suave para ganhar amadurecimento, melhorar institucionalidade, para melhorar a situação para os que vem depois de mim."

Ao falar sobre a condução da política monetária, o presidente do BC afirmou que "entendeu e continua entendendo que é importante agora esperar. Tem um valor de esperar, ver os dados". Segundo ele, a mensagem que o BC tem tentado passar é a mesma que foi passada na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), realizada no fim de julho.

O presidente do BC afirmou que a autoridade monetária "consertou" alguns entendimentos entre o **comunicado** e a ata. "De lá para cá, a gente meio que tem **comunicado** a mesma coisa. A gente teve alguns números mais fortes na parte local e teve uma situação externa que acho que está se encaminhando para um desfecho melhor, apesar da volatilidade recente".

Campos Neto destacou que a mensagem continua sendo muito parecida com a da ata da última reunião do Copom "que a gente vai fazer o que for tiver que fazer, que se precisar subir os juros, vai subir os juros, que a gente decidiu não dar um guidance aberto, a gente entende que o BC vai estar data dependent [dependente de dados] e teve muita volatilidade no meio do caminho, e que a gente precisa atuar com cautela".

Na última reunião do Copom, o colegiado não sinalizou movimentos para o futuro, informou que o momento é de cautela e que avaliará a melhor estratégia. Segundo a ata, a primeira seria a manutenção de juros "por tempo suficientemente longo" para levar a **inflação** à meta no horizonte relevante, atualmente o primeiro trimestre de 2026. Já na segunda, o comitê afirmou que "não hesitará" em elevar os juros para assegurar o cumprimento da meta de **inflação** "se julgar apropriado".

Campos Neto explicou que após a decisão que dividiu os membros do Copom em maio, passou a existir um prêmio de risco a partir de uma percepção de que a decisão não era técnica, mas política. A partir desse entendimento, o presidente do BC disse que o colegiado chegou à conclusão de que precisava passar a mensagem de que as decisões eram técnicas. "Construir credibilidade não é sobre uma ou duas reuniões, é sobre um processo de decisão que é técnico, que é bem explicado e que é bem **comunicado**".

O presidente do BC ainda comentou sobre o cenário externo que, na avaliação dele, melhorou. Para ele, o cenário que prevalece atualmente é de um pouso suave ou uma "desaceleração organizada" nos EUA. A ata apontava que o cenário externo estava "adverso" e citava incerteza sobre os "impactos e a extensão da flexibilização monetária nos Estados Unidos".

Campos Neto também falou que globalmente há uma dessincronização da política monetária, mas uma sincronia da percepção de "fiscal cliff, ou pelo menos de uma melhora fiscal no mundo". O presidente do BC disse que tem conversado sobre uma desaceleração fiscal em vários lugares do mundo em reuniões de banqueiros centrais. "É curioso que essa desaceleração é menos do que os mercados gostariam quando a gente pega um ano atrás, mas é mais do que se pensava há 2, 3 meses atrás e o Brasil está em situação meio parecida com isso. Você tem uma desaceleração fiscal, eu acho que está encomendada"

"Construir credibilidade não é sobre uma ou duas reuniões" Roberto Campos Neto

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187962>

# Análise: Campos Neto diz que haverá desaceleração fiscal

Por Alex Ribeiro, Valor - São Paulo

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, indicou nesta manhã que a política fiscal passa por uma fase de desaceleração, mas não esclareceu se esta força será grande o suficiente para dispensar novos apertos na taxa de juros.

Em evento do banco BTG Pactual, ele disse que há uma maior sincronia entre as economias mundiais - incluindo o Brasil e excluindo os Estados Unidos - na direção de uma consolidação fiscal.

"Vai ter desaceleração de fiscal em vários lugares do mundo. É menos do que os mercados gostariam um ano atrás, mas é mais do que se pensava há dois ou três meses", disse Campos Neto. "O Brasil está numa situação meio parecida, tem uma desaceleração fiscal que está encomendada." Para ele, a desaceleração fiscal terá efeito no crescimento e nas expectativas.

Ele tocou no tema ao responder a uma pergunta do CEO do BTG, Roberto Sallouti, sobre se a desaceleração fiscal poderia reduzir o peso do governo na demanda agregada, fazendo com que passe a crescer em linha com a capacidade de oferta da economia.

Sallouti argumentou que, até agora, os gastos vinham crescendo a uma velocidade de 10% ano, mas a perspectiva é que essa taxa de expansão caia para pouco mais de 2,5% ao ano, considerando os limites previstos no novo arcabouço fiscal e as exceções à regra decorrentes do socorro ao Rio Grande do Sul, que neste ano sofreu os impactos de fortes chuvas.

No evento, Campos Neto disse que, no curto prazo, a atividade econômica voltou a surpreender, mas evitou sinalizar a necessidade de apertos monetários adicionais para evitar que um grau de aquecimento maior do que o previsto atrapalhe os planos do Banco Central de levar a **inflação** para a meta.

O discurso de Campos Neto é que a economia surpreende, assim como o mercado de trabalho, que leva a um aumento de renda da população e pressão em alguns preços de serviços. Mas, segundo ele, o BC ainda não concluiu de forma definitiva que o mercado de trabalho apertado causa uma pressão generalizada e sustentada na **inflação** de serviços. Por isso, será

preciso observar os dados econômicos que forem divulgados até a reunião do Copom de setembro, para então decidir se seria necessário ou não subir os juros.

Nos últimos meses, os economistas têm discutido porque os juros altos, que atualmente se encontram em 10,5% ao ano, estão sendo incapazes de esfriar a economia da forma prevista. Alguns dizem que isso se deve ao fato de que, ao mesmo tempo que o BC coloca o freio nos juros, o governo como o todo pisa no acelerador com uma política monetária expansionista.

A pergunta de Sallouti levanta a hipótese de que essa falta de sincronia entre as políticas monetária e fiscal esteja prestes a ser corrigida, ou pelo menos amenizada.

Há outras teorias que tentam explicar por que os juros altos não estão tendo os efeitos esperados para baixar a **inflação**. Algumas delas são de que, com as expectativas de **inflação** desancoradas, a política monetária precisa fazer um esforço maior para baixar a **inflação** por meio do canal da desaceleração econômica. Outras levantam a hipótese de uma taxa de juros neutra mais alta.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187962>

# No Brasil, "bolsa é a lebre que perde a corrida para tartaruga"

Por Adriana Cotias, Valor - São Paulo

O investidor que pegou o rali recente da bolsa pegou, mas quem não conseguiu aproveitar essa onda talvez seja melhor ficar nas alternativas de renda fixa, comentou André Jakurski, sócio-fundador da JGP, ao participar de evento do BTG Pactual.

Com a expectativa de aumento da Selic e opções com isenção fiscal que vitaminam o retorno das aplicações mais conservadoras para a pessoa física, não adianta tentar correr atrás do prejuízo em alternativas de maior risco, especialmente quem não conta com assessoria profissional.

O gestor colocou na conta que desde a edição do Plano Real, em 1 de julho de 1994, até aqui, o ganho do Ibovespa se limitou a 45% do CDI, o juro das trocas de mercado e que roda próximo à Selic.

Desde meados de junho o Ibovespa saiu de menos de 120 mil pontos para a casa dos 136 mil, com impulso neste mês. Paradoxalmente, o movimento veio casado com o endurecimento do discurso de integrantes do BC, sinalizando um aumento próximo de juros. No exterior, a leitura é de que o Federal Reserve, o banco central americano, deve começar a reduzir as suas taxas a partir de setembro.

Num país em que as taxas de dois dígitos prevalecem, com a Selic em 10,5% ao ano e previsões que a levam para a casa dos 12%, a fábula da lebre e da tartaruga é uma boa analogia para a bolsa, disse Jakurski.

"No Brasil, a bolsa é a lebre da corrida, é danada, mas cansa, porque é mal alimentada e a tartaruguinha dos juros vai andando, andando", afirmou. "Nós, ao contrário dos Estados Unidos, onde a lebre é forte, bem alimentada, às vezes dá uma travada, e a tartaruga é mais fraca, a bolsa ganha de lavada. Aqui é o juro que ganha de lavada da bolsa."

A anedota é importante para um país que não consegue ter juro real baixo, continuou Jakurski, e tem acesso a papéis de dívida que pagam mais de 6% e sem pagar imposto.

Mesmo nos EUA, onde a poupança da população normalmente é dividida em 60% em renda variável e 40% na renda fixa, o gestor disse esperar algum

estresse com o processo eleitoral. Como há planos de subir o imposto de renda da pessoa física, Jakurski não descarta a hipótese de uma venda maciça de ações em dezembro para fugir desse aumento. "No frígido dos ovos, a economia está bem graças a um déficit fiscal gigantesco a pleno emprego, a atividade acima da capacidade. O juro precisa cair, mas o quanto está implícito no mercado hoje? Não. Com 5,25% a economia está rodando bem."

Para ele, a injeção contínua de liquidez por 20 anos "foi a pior coisa do mundo", com os mercados financeiros ficando "viciados pelo QE" (o programa de afrouxamento quantitativo) e "vivendo uma ilusão monetária". Foi esse dinheiro que inflou o preço dos ativos.

No Brasil, com um déficit nominal de 10%, nível que o país só atingiu duas vezes, na crise da pandemia e durante a "confusão" do governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), tem algo ajudando a economia e o BC não deve ter alternativa a não ser elevar a Selic, disse Jakurski.

"A pressão que tem no "pipeline" de **inflação** é verdadeira, não tem nada a ver com déficit de 0,3%, 0,4%, 0,7%. O mercado busca certas referências, mas se aumentar o juro em 1 [ponto percentual] 1,5, não sei se vai fazer uma diferença tão dramática [para a atividade]", afirmou. "Acho que o BC tem uma missão, porque não está dentro da meta de **inflação** perseguida, determinada pelo Conselho Monetário Nacional."

Para André Esteves, chairman e sócio sênior do BTG Pactual, como o déficit primário foi de 2,5% no ano passado e para este a estimativa é que caia para 0,5%, já haveria uma contração fiscal que faria diminuir o déficit nominal. Não seria o caso de esperar em vez de colocar uma variável fora do lugar para consertar outra?

Se o BC em transição de mandato não tivesse que comprovar a sua credibilidade, seria normal avaliar mais dados, disse Jakurski. No meio do ruído, com ataques do presidente Lula a Roberto Campos Neto, atual presidente do BC, o nome mais cotado para o posto, o diretor de política monetária Gabriel Galípolo, escolhido por Lula, adotou um discurso pró-aperto monetário. "Se vai aumentar ou não, eu não sei, mas

sei que a regra do BC é que se a **inflação** está fora meta tem que aumentar os juros. É só isso, mecanicamente, que analiso."

Luis Stuhlberger, sócio-fundador da Verde Asset, afirmou que a situação chegou a esse ponto porque o dólar começou a subir e a moeda tem impacto no preço dos alimentos. Com isso, Brasília se assustou e começou a articular essa reconquista da credibilidade. Foi dando mais confiança para o BC e no discurso de que vai controlar o déficit.

"As duas coisas estão em processo de acontecer, não acho que se subiria o juro somente com a **inflação** fora meta, talvez mantivesse, esperasse um pouco mais, mas a conjunção das coisas, depois de tudo que Galípolo falou, ficou no córner. O BC não pode ser o cão que ladra, mas não morde. Ele foi além", afirmou.

Com previsão de gastos da ordem de R\$ 1,6 trilhão com previdência e outros benefícios sociais em 2025, o gestor disse que na conta das operações de arbitragem, os juros importam. "Quando o fundamento é ruim, parte da atração [de investimentos] para a moeda, para carry [carrego], [o aumento] faz diferença", continuou Stuhlberger.

Todo dirigente de BC quando assume precisa ganhar a sua credibilidade, disse Rogério Xavier, sócio-fundador da SPX. "O Galípolo, na minha visão, está numa situação muito confortável para uma puxada de juros", afirmou. "A comunicação de alta de juros pelo BC já está na imprensa, no político, já foi combinada com Lula, a **inflação** está acima da meta, a economia está performando bem (...) Não vai parecer loucura [aumentar], vai ser em benefício dele em relação à credibilidade."

"O Galípolo, na minha visão, está numa situação muito confortável para uma puxada de juros" Rogério Xavier

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187962>

# Campos Neto reforça cautela do Copom

São Paulo - A mensagem transmitida pelo Banco Central (BC) não mudou desde a reunião de julho do Comitê de Política Monetária (Copom) e a autarquia atuará com cautela após análise de dados, podendo subir os juros básicos se necessário, disse ontem o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Em evento promovido pelo BTG, em São Paulo, Campos Neto ponderou que o cenário externo está em situação melhor após período de forte volatilidade, mas reafirmou que a **desancoragem** das expectativas do mercado para a **inflação** no Brasil "incomoda muito".

"Se precisar subir os juros, a gente vai subir os juros, a gente decidiu não dar um 'guidance' (orientação), entendemos que o Banco Central vai estar 'data dependent'", disse, pontuando que a autarquia não vai "olhar tanto" para ruídos e volatilidades momentâneas.

"Não mudou nada (na mensagem do BC), de lá para cá a gente teve um pouquinho de dados mais fortes no local, uma volatilidade grande lá fora, com um cenário que eu acho que hoje lá fora está melhor do que estava antes, ressaltou.

Entre os fatores de melhora no ambiente externo, ele avaliou que prevalece hoje uma previsão de que os Estados Unidos passarão por um pouso suave ou uma "desaceleração organizada" da economia.

Na reunião de julho, o Copom manteve a taxa Selic em 10,50% ao ano e incorporou em seu cenário a possibilidade de voltar a elevar os juros se necessário para levar a **inflação** à meta de 3%.

Após a decisão, ganharam força no mercado apostas de elevação da Selic à frente.

O próximo encontro do Copom ocorrerá em setembro.

Na apresentação, Campos Neto afirmou que existia no País uma percepção errada sobre como seria a condução da política monetária no futuro, em meio às trocas de membros da diretoria.

Para ele, após a reunião do Copom de maio, que mostrou divergência entre diretores indicados pelo atual governo e membros mais antigos, o BC está agora em um processo de construção de credibilidade, mostrando que a diretoria tem espírito de equipe e toma decisões técnicas.

"Parte do prêmio (de risco) ter caído foi por passarmos (a mensagem de) que existe essa organização, e que o Banco Central vai continuar, vai sempre perseguir a meta, vai subir os juros se for preciso, independente de eu estar no BC ou não", afirmou.

Desaceleração fiscal - Em relação ao orçamento do governo, Campos Neto afirmou que com a vigência do novo arcabouço para as contas públicas o Brasil tem uma desaceleração fiscal "encomendada" e isso tem efeito no crescimento econômico e nas expectativas.

Ele acrescentou que começou a haver nos mercados uma percepção mais sincronizada de que haverá um processo de melhora fiscal no mundo.

Campos Neto ainda reafirmou que não quer continuar atuando na esfera pública após o encerramento do seu mandato no fim deste ano, demonstrando interesse em retornar ao setor privado nas áreas de finanças e tecnologia. (Reuters)

**Site:** <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

# Projeto da dívida pode tirar até R\$ 44 bi da União

*(Idiana Tomazelli/Folhapress)*

A renegociação da dívida dos Estados aprovada pelo Senado Federal pode tirar até R\$ 44 bilhões por ano da União. A perda não afeta as regras do arcabouço fiscal nem o cumprimento das metas de resultado primário, mas pode impulsionar a dívida pública do país. Os cálculos foram feitos pela "Folha de S.Paulo" a partir de dados do Tesouro Nacional sobre o saldo devedor dos Estados no fim de 2023 (cerca de R\$ 744,2 bilhões).

Os valores simulam o impacto potencial do projeto se as novas regras aprovadas pelos senadores já estivessem em vigor neste ano. O texto ainda precisa passar pelo crivo da Câmara dos Deputados. Se for aprovado, as novas condições entram em vigor a partir de 2025 e dependem da adesão de cada Estado. Até agora, o Ministério da Fazenda não divulgou nenhuma estimativa oficial sobre os impactos da proposta.

O projeto promove duas mudanças significativas nos encargos da dívida. A primeira delas é a possibilidade de reduzir os juros reais de 4% para 0% ao ano, mediante entrega de ativos ou compromisso com investimentos em áreas específicas. A segunda é a simplificação do coeficiente de atualização monetária da dívida, que hoje segue uma fórmula complexa e resulta em uma correção ao redor de 6,5% ao ano, acima da inflação. O texto substitui essa variável pelo IPCA, que deve ficar em 4,22% em 2024, segundo o Boletim Focus, do Banco Central.

O impacto imediato no fluxo de receitas financeiras do Tesouro Nacional será menor que os R\$ 44 bilhões porque alguns Estados beneficiados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, já não estão pagando suas dívidas com a União.

Por outro lado, o projeto contempla Estados que estão em dia com suas obrigações, como São Paulo, que deixaria, sozinho, de pagar até R\$ 17,8 bilhões. Para os demais Estados, o alívio seria de R\$ 4,77 bilhões. A perda de até R\$ 22,6 bilhões em receitas financeiras pode piorar o cenário para a chamada "regra de ouro", que impede a emissão de dívida para bancar despesas como salários e benefícios sociais.

**Site:** <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

# Empréstimo liberado pelo celular

**Gustavo Andrade**

O governo federal está preparando uma proposta em que um novo empréstimo consignado, com uso do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) como garantia, poderá ser liberado pelo celular.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, a proposta ainda está sendo construída e precisa passar pelo Congresso. "A ideia é acabar com o **saque-aniversário** e propor um consignado, usando a plataforma do **FGTS** Digital. Ainda não temos mais informações, porque está sendo fechado o projeto", informou em nota.

A ideia é propor um consignado privado onde várias instituições financeiras podem oferecer recursos, sem interferência do empregador. A vantagem é que o interessado poderá escolher o banco que oferecer as melhores condições.

As etapas da operação de crédito entre bancos e empresas serão realizadas via e-Social, já usado pelos empregadores para fazer o recolhimento de encargos trabalhistas.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, estuda propor transição de um ano entre a nova modalidade de consignado pela plataforma **FGTS** Digital e a antecipação do **saque-aniversário** do **FGTS**.

"O **FGTS** é uma poupança individual do trabalhador para protegê-lo do infortúnio do desemprego ou, nestes casos, de doenças graves e em situações de calamidade. Porém, o trabalhador não se dá conta dos graves impactos que o **saque-aniversário** pode provocar na sua vida", ressaltou o ministro, em nota.

Segundo Marinho, há mais de 8 milhões de trabalhadores no País que foram demitidos e não conseguem sacar o saldo do **FGTS**.

Isso porque esses trabalhadores fizeram uso do **saque-aniversário**, e, segundo a lei, o saldo fica retido por dois anos. "Uma crueldade com o trabalhador que opta pelo **saque-aniversário**. É uma excrescência essa regra da lei, e eu quero corrigir isso", disse Marinho.

Segundo ele, o **FGTS** foi criado para substituir a estabilidade no emprego, além de financiar habitação e saneamento.

Mário Avelino, presidente do Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador (IFGT), disse que concorda com a proposta do ministro e que o consignado virou mais uma fonte para os bancos, sem tirar o mérito deles.

"Essa proposta terá resistência dos bancos e do Congresso. Mas a proposição é louvável, apesar de ainda não se ter muitos detalhes do projeto", afirmou.

AVELINO: "Proposição louvável"

MARINHO disse que veto a quem fez **saque-aniversário** receber na demissão é uma "crueldade com trabalhador"

ENTENDA

Oitenta instituições vão emprestar

Proposta do governo

PELA PROPOSTA em estudo, a modalidade de crédito consignado pela plataforma **FGTS** Digital e a antecipação do **saque-aniversário** do **FGTS** coexistiriam durante esse período de 12 meses.

DEPOIS, a ideia é que a antecipação do **saque-aniversário** do **FGTS** acabe e só permaneça a modalidade de consignado oferecido ao trabalhador celetista pela plataforma, podendo ser solicitado pelo celular, por exemplo. O fim do **saque-aniversário** precisa passar pelo Congresso.

A INTENÇÃO é que a transição ajude a vencer a resistência de bancos, que veem na antecipação do **saque-aniversário** do **FGTS** uma modalidade atrativa, e também a da equipe econômica, que receia que o fim desse tipo de empréstimo possa impactar negativamente o mercado de crédito do País.

NO FINAL OE JULHO Marinho afirmou que enviaria ao Congresso, "nas próximas semanas", o projeto do fim do **saque-aniversário** e que, para facilitar a aprovação no Congresso, liberaria "o crédito consignado para a iniciativa privada".

A MUDANÇA na regra do consignado, que permitiu a trabalhadores com carteira assinada pedir empréstimo pelo sistema da Carteira de Trabalho

Digital, foi aprovada pelo Conselho Curador do **FGTS**

em junho.

Consignado pelo **FGTS** Digital

PARA QUE o trabalhador possa solicitar o crédito consignado pela carteira de trabalho digital, será utilizada a plataforma **FGTS** Digital.

ESTA vai dispensar a realização de convênios entre empregadores e instituições financeiras. Por isso, a concessão de empréstimo será ampliada a mais trabalhadores, principalmente os de pequenas e médias empresas, que hoje não podem usufruir da modalidade.

PARA FAZER simulação e contratar o empréstimo, os trabalhadores acessarão uma aba na carteira digital. A vantagem é que o interessado poderá escolher o banco que oferecer as melhores condições.

ESTARÃO HABILITADAS 80 instituições financeiras que já oferecem o consignado a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

AS ETAPAS da operação de crédito entre bancos e empresas serão realizadas via e-Social, já utilizado pelos empregadores para fazer o recolhimento de encargos trabalhistas.

Fonte: Governo federal e Folhapress.

ANALISE

Ricardo Paixão.

economista

**FGTS** é para os momentos difíceis

"O **FGTS** é um recurso do trabalhador para aquele momento em que está mais vulnerável, quando perde o emprego e está sem renda, e para dar aquele apoio até que volte a ser inserido no mercado de trabalho.

Ao longo do tempo, surgiu uma série de outros benefícios distorcendo a principal função social do fundo, que é dar essa possibilidade de se criar uma poupança para que o trabalhador possa estar resgatando o recurso naquele momento de maior vulnerabilidade.

Vemos agora esse movimento do governo estar tentando retirar o **saque-aniversário**. mas manter **FGTS** como um garantidor do consignado. Levando em consideração o cenário onde as famílias estão endividadas, acaba incentivando o trabalhador a utilizar e, quando mais precisar, não vai ter ou vai ter

num montante bem pequeno. O fundo tem que ser utilizado exclusivamente para aquele momento em que o trabalhador está numa situação mais complicada".